123

BAB

A CHINA ANTIGA

jacques gernet

A CHINA ANTIGA.

JACQUES GERNET.

Introdução

É um período de mil e quinhentos anos aquele cuja história é examinada aqui.

Ele vai das origens da civilização chinesa à fundação do Império, no ano de 221

a.C.

Quando se fala da China, pensa-se que os milênios contam pouco. Mas não nos iludamos – só uma evolução prodigiosa pode conduzir das idades neolíticas à formação de um vasto império centralizado, comparável ao de Roma mas muito mais povoado e muito mais avançado no campo da técnica. Além disso, pelo fato de a China estar longe de nós, a sua história não tem, ao mesmo tempo, o privilégio de ser menos rica e menos complexa. A grande quantidade de trabalhos especializados, o número das descobertas arqueológicas que se sucedem na China desde 1950, a ausência de obras de síntese que se ocupem de alto a baixo de todo este período dando às últimas escavações o lugar capital que elas merecem, tudo isto serve para tornar ainda mais difícil o trabalho do divulgador. Ele deveria, sem dúvida, reter apenas o que é mais evidente, mas também interrogar-se sobre aquilo que pudesse ter valor explicativo e permitisse marcar as grandes articulações da História. Sempre que não se pusesse a necessidade de precisão, a parte relativa à interpretação pessoal impor-se-ia.

Admitiu-se aqui a existência de um fio condutor: toda a evolução que conduz das culturas neolíticas instaladas no Norte da China no alvor do segundo milênio até o império centralizado dos Ts-in e dos Han, tem como pano de fundo uma modificação progressiva das relações entre o povoamento humano e o meio ambiente. Pelo menos, os progressos da domesticação da fauna, da destruição de certas espécies, da seleção das plantas e, acima de tudo, os progressos da lavra e do tratamento do solo

contam-se entre os fatos mais esclarecedores porque dizem respeito ao essencial. Houve, neste domínio, várias etapas – em primeiro lugar, uma conquista muito lenta da Natureza pelo homem desde o Neolítico até ao fim da Idade do Bronze, depois, com a difusão da fundição do ferro, a partir de cerca de 500 a.C. uma transformação rápida e completa da paisagem da China entre as estepes do Norte e a bacia do Iangtsé. Foi então, mas só então, que a China se transformou no grande império agrícola que continuou a ser até a época contemporânea. Dois grandes acontecimentos técnicos merecem ser registrados, porque à sua aparição se seguiram transformações profundas: a fundição do bronze, cujos alvores coincidiram com o primeiro surto da civilização chinesa, e a do ferro, que permitiu a cultivação de todas as planícies e o rápido enriquecimento do mundo chinês. Que as sociedades e as formas políticas se modificaram ao mesmo tempo que as condições naturais, nem valia a pena dizer.

No entanto, considerou-se útil insistir aqui neste ponto.

Existem ainda, para fixar idéias, além dos grandes acontecimentos técnicos que favoreceram as transformações sociais (pedra polida, bronze e carros, ferro fundido e infantaria), certos dados permanentes que relevam da geografia e do homem. Estes dados formam um conjunto de oposições e contrastes, cujo conhecimento é suficiente para nos por em guarda contra todos os pontos de vista simples.

A nossos olhos, a China parece ter vivido numa espécie de isolamento. É verdade que as costas planas e pantanosas do Norte da China afastaram do mar os antigos chineses; que maças montanhosas, quase intransponíveis, fechavam o horizonte dos Chineses a oeste e a sudoeste, e que, finalmente, as estepes e os desertos da Mongólia e do Sinkiang (Turquestão chinês) formavam uma barreira dificilmente permeável às influências vindas de civilizações evoluídas da Ásia Ocidental.

Mas este isolamento foi sempre relativo, e toda a história o testemunha. Além disso, em primeiro lugar, não se poderia explicar o nascimento da civilização chinesa, a descoberta das ligas metálicas e do carro, a fundação das primeiras cidades-palácios na região do curso médio do rio Amarelo, se tivéssemos de ignorar incitamentos longínquos, talvez vindos de regiões situadas ao sul dos Urais e transmitidos pelos habitantes da estepe. A dívida

da China para com os povos nômades e as civilizações sedentárias da Alta Ásia e do Médio Oriente é imensa. Hunos, Turcos, Mongóis, Manchus, Iranianos, Indianos e Árabes não somente desempenharam um papel por vezes capital na sua história, como exerceram também influências profundas sobre as artes, os jugos, as técnicas, o pensamento e a religião dos Chineses. No vim de contas, a história da China não pode ser isolada da história das outras civilizações da Ásia. Houve, entre elas, relações talvez intermitentes mas que nunca se interromperam definitivamente.

Sob outro ponto de vista, se tivermos em conta a diversidade das condições geográficas e das maneiras de viver desde a Sibéria até ao extremo sul da China, desde os planaltos tibetanos até ao delta do Iangtsé, pode dizer-se que a China e as suas regiões limítrofes formam, entre si, um mundo tão diferente e tão contrastante como aquele em que se desenvolveram as civilizações do Próximo Oriente e da bacia mediterrânica.

Notar-se-á logo de início uma oposição fundamental entre as regiões propícias à agricultura, aquelas em que as primeiras tentativas para cultivar o solo remontam ao Neolítico (grandes planícies de aluvião do Norte da China e planaltos de loess um vocábulo de origem eólica que designa uma fina poeira de areia e argila), e as estepes Norte, que apenas se prestavam a formas de vida pastoral ou semipastoral. As relações entre agricultores chineses e pastores nômades das estepes constituirão um dos dados mais importantes da história política e cultural da China.

Os Chineses, possuidores de técnicas evoluídas de organização do espaço, opõem-se igualmente, de uma maneira diferente, às populações primitivas e muito diversas que ocupavam a maior parte dos territórios onde se estendeu a civilização chinesa: apanhadores, caçadores, pastores, agricultores itinerantes, pescadores das margens do baixo Iangtsé e do Tchokiang. Desde os tempos arcaicos e durante todo o curso da História, estas populações foram lentamente assimiladas pelos Chineses e também aqui as influências foram recíprocas ou expulsas para as montanhas. Algumas ainda hoje subsistem nas regiões montanhosas ao Sul da China ou da península indochinesa.

A partir do momento em que as regiões do médio Iangtsé e do delta deste grande rio, primeiro bárbaras, depois lentamente colonizadas a partir do

primeiro milênio, começaram a desempenhar um papel na História, veremos oporem-se pelo seu modo de vida, o seu temperamento e as suas tradições, os chineses do Norte, agarrados à terra e alimentando-se de milho e trigo, aos chineses do Sul, barqueiros e marinheiros, cuja alimentação era o arroz.

Mas este contraste geral entre a China do Iangtsé e a do rio Amarelo abrange uma diversidade de culturas locais dependentes da existência de regiões naturais.

Longe de formar um todo uniforme, a China é constituída por um conjunto de países com uma história particular e um povoamento muitas vezes original. As cadeias de montanhas, orientadas quase sempre de oriente para ocidente, isolam em maior ou menor grau cada um deles. Daí a importância dos passos dos pontos de vista estratégico e comercial (passos entre Chensi e Honan, Chansi e Hopei, Chensi e Szeutch�uan, Honan e Hupei…). Embora as influências longínquas tenham sido relativamente fracas e intermitentes na China, as influências locais foram sempre muito acentuadas, as das populações aborígenes como as dos vizinhos imediatos (pastores tibetanos no Szeutch�uan, nômadas das estepes no Chansi, populações de pescadores no curso inferior do Iangtsé…). Alguns desses países fizeram muito cedo a sua aparição na História e correspondem, por vezes, às províncias atuais. Torna-se, pelo menos, necessário distinguir como regiões bastante individualizadas:

- a grande planície do Norte, que abrange as atuais províncias do Honan e do Hopei, o ocidente do Changtong e o norte do Anhuei, até ao vale de Huai. Foi ali que nasceu a civilização do bronze e que apareceram as primeiras cidades-palácios;

- planalto do Chansi (país de Tsin);

- a bacia do Chensi e, no seu prolongamento, o corredor de Kansu (centro dos Tcheu ocidentais no início do primeiro milênio e, mais tarde, país de Ts�in); - a península do Chantong (país de Ts�i);

- a bacia do médio Iangtsé (país de Tch�u);

- as planícies do Iangtsé inferior (sul do Kiangsu ⬚ país de Wu e norte do Tchokiang -, país de Yué);

- a bacia vermelha do Szeutch⬚uan (país de Chu).

Para um quadro completo seria necessário juntar a estas regiões as do sueste marítimo e montanhoso e as planícies da região de Cantão, mas elas só muito tardiamente entraram na História.

Finalmente, esquece-se demasiado, porque a China é diminuída nas nossas cartas, que as distâncias ali são grandes. A Planície do Norte cobre uma superfície igual a três quartos da França e as capitais dos reinos mais afastados no VII século antes da nossa era distavam umas das outras como Roma de Paris. É normal que estas grandes distâncias tenham favorecido as diferenciações culturais e as tendências para a autonomia.

Complexidade, diversidade, extensão, eis algumas das características fundamentais do mundo chinês. É sobre elas, pelo menos, que importa insistir em primeiro lugar junto do leitor ocidental, porque ele está justamente longe de pensar nisso.

Capítulo Primeiro

AS FONTES E O QUADRO CRONOLÓGICO

I ⬚ As fontes

Durante muito tempo apenas se dispôs, para o conhecimento da alta antigüidade chinesa, das tradições livrescas dos Chineses. Assim, os missionários jesuítas transmitiram à Europa do século XVIII uma imagem da China antiga composta de elementos lendários, racionalizados e integrados numa história contínua, de inspiração moralizante, que faz remontar os alvores da civilização na China ao início do terceiro milênio.

Desde o momento em que começa a elaborar-se esta tradição ortodoxa, isto é, desde o quinto século antes da nossa era, os comportamentos e a mentalidade dos homens da época arcaica deixaram de ser considerados. Deste modo, as práticas sociais, os costumes mágicos e religiosos cuja

recordação, bem ou mal, se tinha conservado passaram a ser interpretados como acontecimentos da história, como atos únicos, edificantes ou abomináveis, atribuídos a este ou aquele soberano.

Que a tradição chinesa relativa ao mais longínquo passado da China seja, geralmente, destituída de todo o valor no próprio plano em que ela se pretende colocar — o da História — é fato por demais evidente que foi denunciado, desde a época manchu, pelos espíritos liberais e corajosos. Em contrapartida, os temas arcaicos e os fragmentos de lendas que conseguiram escapar ao esforço de racionalização dos historiadores chineses ocultam uma outra forma de verdade: através deles, difíceis de datar e de localizar, são justamente as práticas e as concepções de um mundo desaparecido que uma crítica sensível aos fatos sociais pode tentar descobrir. Marcel Granet foi o único a mostrar o caminho, e fê-lo de uma forma magistral, denunciando categoricamente, num momento em que os dados da arqueologia eram ainda demasiado raros e insuficientes, a vaidade das reconstruções históricas.

Com efeito, acontece serem as escavações arqueológicas na China relativamente recentes. Conhecia-se um pouco, mas ainda bastante mal, a Pré-História da Ásia Oriental antes da última guerra mundial, e não foi senão a partir de 1928 que, no Nordeste do Honan, a estação arqueológica de Anyang, tão importante para o nosso conhecimento da civilização dos Chang, começou a ser explorada de forma científica. A agressão japonesa forçou a interromper as explorações em 1937.

Desde a época em que esta estação foi descoberta acidentalmente, em 1889, até 1928, realizaram-se em Anyang escavações clandestinas, e numerosos objetos falsos, que lançaram o descrédito sobre esta excepcional descoberta, apareceram à venda nos antiquários a partir do momento em que sábios e colecionadores começaram a interessar-se pelos espécimes de escritos arcaicos e pelos bronzes provenientes daquela antiga metrópole.

Todavia, graças às escavações efetuadas em Anyang de 1928 a 1937, e retomadas após o advento da República Popular da China, dispomos agora de uma documentação arqueológica muito rica sobre o estado da civilização chinesa entre os séculos XIV e XXI (numerosas inscrições cuja autenticidade não pode ser posta em dúvida, planos dos palácios, fornos e

fundições, muralhas, grandes túmulos reais, armas e vasos utilizados no culto, cerâmica, carros…) e a bibliografia científica sobre a estação de Anyang é já muito considerável. Mas, para além desta estação, como resultado dos grandes trabalhos que foram empreendidos, após 1950, em todo o território chinês, os achados arqueológicos multiplicam-se a um tal ritmo que a sua exploração não pode deixar de se fazer com atraso. Estações da Idade do Bronze anteriores à de Anyang foram trazidas à luz do dia do Honan[1] e numerosas descobertas permitem já conhecer melhor os períodos intermediários entre o fim dos Chang e a fundação do império (como descobertas importantes assinalamos, entre outras, as das fundições de ferro do reino de Yen, perto de Pequim, as lacas do reino de Tch�u, na região de Tch�angcha, no Hunan, a série de carros intactos recentemente encontrados no Honan). Quanto às estações paleolíticas e neolíticas, que eram ainda muito raras antes da última guerra, contam-se agora por centenas. Mais de 3.000 estações da Idade da Pedra Polida foram já assinaladas. É provável que o solo da China oculte ainda espantosos tesouros, e pode admitir-se que o nosso conhecimento da antigüidade chinesa e das circunstâncias em que a civilização do Bronze nasceu na bacia do rio Amarelo seja muito mais preciso quando todos os novos dados da arqueologia tiverem sido explorados.

A despeito do interesse e do caráter de autenticidade que apresentam as descobertas arqueológicas, sucede que a própria trama da História, sobretudo o essencial daquilo que sabemos sobre os cinco últimos séculos antes do império, nos é revelada por fontes escritas relativamente abundantes. Uma parte delas serviu de base ao ensino tradicional da China imperial até ao começo do século XX. Trata-se dos clássicos da escola confunciana. Uma crítica filológica atenta permitiu descobrir numerosas passagens apócrifas redigidas na época dos Han ou posteriormente, e, mesmo para além dos clássicos, muitas obras antigas revelaram-se suspeitas e verificou-se terem sido compostas em datas mais tardias do que aquelas que a tradição lhes atribuía. Contudo, existem nesses textos elementos bastante sólidos para a história da China pré-imperial, e acontece, muitas vezes, que textos e dados arqueológicos se apoiam mutuamente.

Graças às escavações, a idéia ainda recente de que o mundo chinês conheceu, em épocas antigas, uma evolução comparável à das velhas

civilizações do Próximo Oriente e da bacia mediterrânica começa a tomar forma nos nossos dias; é um dos objetivos deste pequeno livro tentar contribuir para lhe dar maior consistência.

II – O quadro cronológico

Distinguir-se-ão, aqui, os seguintes períodos: 1. O Neolítico (do IV milênio (?) ao início do II milênio). – A estratigrafia revela uma sucessão de culturas neolíticas, principalmente no Honan e no Sul do Hopei, na região onde nascerá a civilização do Bronze. É possível que certas culturas neolíticas evoluídas do fim deste período correspondam à dinastia mais ou menos lendária dos Hia (datas tradicionais: XXII-XIX séculos), mas a civilização chinesa só começa verdadeiramente com a aparição do bronze.

2. A Idade do Bronze (do XVIII século (?) ao fim do VI século). – A esta época pertence a dinastia dos Chang (ou Yin). Quanto aos Chang, podemos distinguir o período anterior à instalação da capital perto da atual Anyang e o período final em Anyang (do XIV ao início do XI século – datas tradicionais: 1384-111). Os Tcheu, que lhes sucederam, estabeleceram-se primeiro no vale do Wei, no Chensi (pelo que são chamados os Tcheu ocidentais), até meados do VII século. No decurso do período seguinte (VII e VI séculos), que corresponde ao início dos Tcheu orientais (capital em Loyang, no noroeste do Honan), formam-se as grandes unidades provinciais, poderosos reinos periféricos que impõem o seu domínio às pequenas cidades da grande planície. É a chamada época das hegemonias, transição entre a época arcaica e aquela em que se vão constituir os estados.

Este período corresponde, de modo aproximado, àquele que abrange a crônica do reino de Lu (o Tch–uen-ts–ieu, –As Primaveras e Outonos–).

3. O começo da Idade do Ferro (desde cerca de 500 até à unificação imperial em 221 a.C.). – Transformações profundas produzem-se no decurso destes três séculos, que vêem formar-se os estados militares (este período, a partir de meados do século V, é chamado, tradicionalmente, época dos Reinos Combatentes).

A aparição de estruturas estatais nos grandes reinos desta época está ligada a mudanças sociais e econômicas que farão da China um país muito diferente daquilo que era na época arcaica. Os estados, e, especialmente, o de Ts�in, no Chensi, são uma prefiguração do império.

TÁBUA CRONOLÓGICA Cronologia chinesa tradicional

Épocas distinguidas aqui

IDADES

PRÉ-DINÁSTICAS Época dos soberanos civilizadores Yao 2356

Choen 2255

Yu 22052900

2800

2700

2600

2500

2400

2300

2200Cultura da cerâmica vermelha (?)

Cultura da cerâmica negra (?)NEOLÍTICO

HIA 2205-1767 2100

2000

1900

1800

CHANG 1766-1122 1700

1600

1500

1400

1300

1200

1100

Chang I

Chang II

Tcheu

IDADE DO BRONZE

TCHEU 1111-256Tcheu ocidentais 1111-770

Tcheu orientais

Época Tch﷯uen-Ts﷯ieu 722-481

Reinos Combatentes

453-2211000

900

800

700

600

500

400

300

As Hegemonias

Os Estados

IDADE DO FERRO

Império dos Ts�in 221-206 200O Império Império dos Han 100

A difusão da fundição de ferro e, principalmente, a passagem da Pedra Polida ao Bronze não foram, evidentemente, tão súbitas quanto pode parecer pela observação deste gráfico.

Capítulo Segundo

A PRÉ-HISTÓRIA E AS ORIGENS DA CIVILIZAÇÃO CHINESA I ◆ O Paleolítico

Apenas faremos aqui uma curta referência à Pré-História mais antiga. Os tempos paleolíticos levam-nos a épocas tão recuadas que interessam mais a história do homem como espécie do que a da China. Importa, no entanto, recordar que a vertente oriental da Ásia, e, mais particularmente, a China do rio Amarelo, foram povoadas muito cedo pelos antepassados do homo sapiens, e, também que os grandes períodos da Pré-História foram ali quase paralelos aos do conjunto formado pela África, a Europa e a parte ocidental da Ásia. O homem de Pequim, ou sinantropo, é um dos mais antigos hominídeos de que há conhecimento, calculando-se que remonte a cerca de 500.000 anos. Parece que conhecia a utilização do ferro e que vivia da caça e da recolha. Era, provavelmente, canibal. Foi descoberto, em 1921, numa gruta da região de Pequim, em Tcheukeu-tien, e o sinantropo é atualmente mencionado em todos os manuais da Pré-História. Mas, após aquela data,

outros trabalhos se efetuaram na China e os restos de outros espécimes de sinantropo foram trazidos para a luz do dia do Chansi. Uns foram considerados anteriores ao homem de Pequim (descoberta feita em 1960), e outros posteriores (homem de Tingts�uen, 1954).

Na China do Sul, a existência de uma raça de pitecantropos gigantes, que tinham três vezes a estatura humana e que pertenciam, igualmente, ao Paleolítico Inferior, foi admitida, em princípio, após a descoberta, ocorrida em 1935, de dentes de hominídeo de um tamanho descomunal no estabelecimento de um farmacêutico chinês de Hong Kong (a farmacopéia chinesa tradicional atribui grande importância a ossos que aparentem ser muito antigos e que são conhecidos por "ossos de dragão"). Estas suspeitas foram confirmadas pela descoberta in situ, no Kuangsi, em 1956 e 1957, de dentes e fragmentos de maxilares que devem ser atribuídos à mesma raça de gigantes. O "gigantopiteco" do Kuangsi está próximo do megantropo de Java, este parentesco é o testemunho de relações muito antigas entre o Sul da China e o Sueste da Ásia.

Já os Paleolíticos Médio e Superior não estão tão bem representados na China.

Quanto ao primeiro, salientam-se as descobertas feitas perto de Ninghia, no curso superior do rio Amarelo, a montante da curva dos Ordos, em 1922. No segundo, que corresponde ao período da grande seca, no decurso do qual se formou o loess, as dos Ordos (1923) e os vestígios das grutas superiores de Tcheukeu-tien (1921-1937), local onde foram encontrados os primeiros sinantropos. Descobertas mais recentes foram feitas no Szeutch�uan (1951) e no Kuangsi (1956).

O Mesolítico (a partir de ≈ 25.000?), período de transição entre o Paleolítico e o Neolítico, é caracterizado pela aparição de uma indústria de microlitos; este período tornou-se conhecido pelas escavações efetuadas na Mandchúria em 1926-1928, no Kuangsi em 1933 e no Szeutch�uan durante a guerra da invasão japonesa. A partir deste período manifesta-se uma diferenciação climática muito importante para a história do homem no Extremo Oriente ≈ aos vales arborizados da China propriamente dita opõe-se já uma zona de estepes na região da atual Mongólia onde para usar as

palavras do P. Teilhard de Chardin, à ﷺChina do loessﷺ se opõe já a ﷺChina da areiaﷺ. A China do rio Amarelo, coberta de florestas e pântanos, tinha então um clima quente e úmido, que parece ter persistido até ao início do primeiro milênio.

II - O Neolítico

1. As etapas do Neolítico. ﷺ Não se sabe ainda em que época apareceram na China os primeiros utensílios de pedra polida e onde foram feitos os primeiros ensaios de agricultura e de criação de animais domésticos. O quarto milênio tem sido, por vezes, sugerido. Tal sugestão situa-se dentro dos limites do verosímil e pode ser aceite a título provisório.

Foi nos vales arborizados da China do Norte, na bacia do rio Amarelo, que se estabeleceram e desenvolveram as mais antigas culturas neolíticas ﷺ vales do Wei, do King e do curso superior do Han, no Chensi, vale do Fen, no Chansi, vales do Lo e do curso médio do rio Amarelo, no Honan. Elas estenderam-se para leste e ocidente, desde o Kansu até ao Hopei. Mas, para além desta zona subsistiram, no Norte, populações de caçadores e pescadores que continuavam a servir-se de microlitos, e, no Sul, populações mais atrasadas, que pertenciam ainda ao Paleolítico. Portanto, a China do rio Amarelo parece, nesta época, avançada em relação às outras regiões da Ásia Oriental, e pode observar-se, igualmente, que a zona das estações neolíticas corresponde, aproximadamente, à área ocupada pela civilização do Bronze no fim do segundo milênio. Eis o primeiro indício de uma continuidade, da qual existem outras provas, entre as épocas neolíticas e a Idade do Bronze.

Diferentes culturas se sucederam ou coexistiram na bacia do rio Amarelo no decurso do período que precedeu o nascimento da civilização chinesa. Tanto quanto parece, é possível distingui-las pelo estado do seu desenvolvimento agrícola. A evolução geral, que prosseguirá na Idade do Bronze, tende para formas de agricultura e habitat permanentes e para uma relativa redução da extensão dos territórios cultivados. Aos caçadores-pescadores que praticavam, como atividades subsidiária, um tipo de agricultura rudimentar, sucederam-se, sem dúvida, agricultores itinerantes que incendiavam as florestas e partiam quando a terra se cansava. Tratava-

se de um modo de cultura que ainda hoje é bem conhecido no Sueste da Ásia. Conhecido na Malásia com o nome de ladang e no Vietnam com o de ray, é praticado por certas minorias das regiões montanhosas [2] e parece que ainda não tinha desaparecido completamente no Norte da China na época dos Tcheu ocidentais [3]. Mas, à medida que a horticultura e as culturas permanentes se iam revestindo de maior importância, as comunidades aldeãs começaram a mostrar tendência para se fixarem. A organização social parece ter-se, então, tornado mais complexa e o nível das técnicas pode elevar-se sensivelmente. É a estes dois tipos (populações de agricultores itinerantes e comunidades aldeães estabelecidas para ficar) que parecem pertencer os grandes conjuntos de culturas neolíticas que conheceu a China do Norte: as que se inserem no tipo Yangchao (cerâmica vermelha) e as do tipo dito de Longchan (cerâmica negra)[4].

2. A cerâmica vermelha. • Nas estações do primeiro grupo, que se nos tornaram muito mais conhecidas após uma descoberta feita, em 1954, perto de Si-an, a capital do Chensi, as aldeias são de pequenas dimensões e parecem ter sido ocupadas apenas temporariamente, por vezes em várias ocasiões. As habitações são constituídas por fossos redondos ou ovais cavados no solo, com uma chaminé central, ou, ainda, por choupanas circulares ou retangulares construídas à superfície. A aldeia possuía, além disso, celeiros, fornos para cerâmica e um cemitério. Da forma quase circular das aldeias e da maneira como estavam dispostas as habitações, foi possível concluir-se da existência provável de uma organização de clã e de um sistema de classes por idades.

Três tipos de milho eram cultivados, entre os quais o kaoliang, e talvez algumas variedades de trigo e arroz. Os utensílios incluíam enxadas, pás, paus para revolver a terra e machados de secção oval que serviam, principalmente, para surribar. Os cereais eram conservados em jarros de barro e moídos no almofariz.

Cabras e bichos-de-seda eram já conhecidos. O porco e o cão parecem ter sido criados em grande número para a alimentação. Menos freqüentes são os bois, os carneiros e as ovelhas.

Mas um grande número de animais vivia em estado selvagem cavalos, bois, rinocerontes, veados, leopardos, antílopes e a caça continuava a ter enorme importância. Ela era praticada com o auxílio de armadilhas, dardos, lanças, arcos e flechas e fundas. A pesca desempenhava também um importante papel na vida destas populações como o provam os numerosos anzóis, arpões, dardos de pesca e fragmentos de redes lastradas com pedras. As armas e utensílios eram de pedra ou osso. As facas, retangulares, tinham um furo central ou entalhes para fixação do cabo.

O centro deste primeiro grupo de culturas neolíticas situa-se no médio Chensi (vale do Wei) e no sul do Chansi (vale do Fen). Mas elas estenderam-se, com variações, para ocidente, até Kansu e aos confins do Turquestão chinês (Sinkiang), e para oriente, até ao Changtong. A cultura de Yangchao, do nome da primeira estação que revelou este antigo estádio do neolítico chinês, é conhecida igualmente sob o nome de cultura da cerâmica vermelha, devido às suas terracotas com um fundo de cor ocre. Estas cerâmicas são decoradas com motivos geométricos que apresentam flagrantes semelhanças aos dos centros neolíticos da Ucrânia e do Turquemenistão.

3. A cerâmica negra. As culturas aparentadas com o tipo Longchan, ou culturas da cerâmica negra, parecem geralmente posteriores às do tipo Yangchao. Mas admite-se como possível que tais culturas, mais ricas e mais evoluídas, tenham coexistido com as da cerâmica vermelha. O seu centro situa-se mais a leste, na atual província do Chantong. Elas estenderam-se até ao Honan, ao sul do Hopei e ao norte do Kiangsu, e parecem ter estado em contato com o neolítico da Manchúria. Aquilo que as distingue, em primeiro lugar, das culturas da cerâmica vermelha é o caráter mais duradouro dos estabelecimentos humanos, e a mais prolongada ocupação dos mesmos locais implica um progresso das técnicas agrícolas, se bem que a caça e a pesca fossem ainda muito praticadas por esses antepassados dos Chineses. As aldeias estavam rodeadas por muros protetores de terra batida, com uma altura média de 6 metros e entre 9 a 14 metros de largura.

As habitações são do mesmo tipo que as existentes nas estações de cerâmica vermelha, mas a organização da sociedade aparece já mais complexa os túmulos, mais ou menos importantes, revelam uma

diferenciação social mais acentuada e as funções religiosas parecem já relativamente desenvolvidas (vestígios de ritos agrários, de sacrifícios de animais, utensílios em miniatura sem dúvida utilizados para fins funerários). Surge uma prática nova que subsistirá até aos chineses da Idade do Bronze, no segundo milênio: a adivinhação por meio de omoplatas de animais submetidas ao fogo.

Certas particularidades técnicas distinguem, ainda, estas culturas mais evoluídas das da cerâmica vermelha. A forma das lâminas indica que as ferramentas serviam mais para trabalhar a madeira do que para abater árvores, ao contrário do que se verifica no Yangchao. Parece que os homens da cerâmica negra fizeram, como os chineses da época Chang, um grande uso da madeira e que praticaram, também como eles, a arte da gravura em madeira. Se a sua cerâmica &#65533;

por vezes feitas no torno e com pasta de excelente qualidade &#65533; não apresentou, praticamente, decorações, é possível que isso seja uma das conseqüências do desenvolvimento desta arte.

A continuidade, que revela todo um conjunto de traços comuns ou de analogias entre as últimas culturas neolíticas e os alvores da Idade do Bronze (persistência do mesmo tipo de facas, habitações semi-subterrâneas, adivinhação pelo fogo, vasos de três pés, nos quais se pode seguir a evolução das formas desde a época da cerâmica negra até aos modelos fundidos em bronze no fim do segundo milênio, e depois permanência do mesmo tipo humano mongolóide, caracterizado por incisivos em forma de pá), o fato de, após as mais recentes descobertas, os alvores da civilização do Bronze já não apresentarem um progresso muito nítido em relação às culturas neolíticas já evoluídas de Longchan e da cerâmica cinzenta, tudo isto convida a pensar que as tradições chinesas relativas à mais alta antigüidade não são completamente destituídas de fundamento &#65533; a dinastia dos Hia que, segundo a tradição, se situa no fim do terceiro milênio e no início do segundo e precede a dos Chang, talvez corresponda a uma cultura do fim do Neolítico em que tenha já aparecido um começo de organização política. Também não é impossível que certas estações do Sul do Chansi e do Honan venham, um dia, a ser relacionadas com esta &#65533;dinastia&#65533;

chinesa anterior à Idade do Bronze.

III ◆ As origens da civilização do Bronze

As descobertas mais recentes parecem indicar que a passagem da Pedra Polida ao Bronze se fez de modo progressivo sem que tenha havido uma ruptura brutal entre uma época e outra. Estávamos longe de imaginar uma tal continuidade antes da última guerra mundial. O neolítico chinês era então muito menos conhecido do que hoje, e as descobertas de Anyang revelaram uma civilização da Idade do Bronze cujos antecedentes eram ainda inteiramente ignorados. A técnica do bronze atingiu em Anyang (XIV-XI século) uma tal perfeição que se pensou que essa arte tão completa tivesse sido importada na China do Norte no decurso do segundo milênio. Mas, a partir de 1952, as escavações permitiram descobrir estações Chang anteriores a Anyang. As peças de bronze que aí foram encontradas são raras, de pouca espessura e só apresentam decorações rudimentares. Na maior parte são constituídas por ferramentas e armas (facas e pontas de flechas, principalmente). Mas as mesmas estações revelaram outros indícios de arcaísmo.

As habitações estão meio enterradas no solo, como as das épocas neolíticas.

Vêem-se fossos retangulares que consolidam, por vezes, os muros de terra batida.

Os ossos que serviam para a adivinhação pelo fogo são ainda preparados de maneira grosseira. Parece, portanto, que, tal como a técnica do bronze, as outras artes, a arquitetura, a cerâmica, a gravura em madeira, os conhecimentos astronômicos, a adivinhação e as práticas religiosas se foram aperfeiçoando lentamente entre o início da Idade do Bronze e os últimos séculos do segundo milênio. E já ninguém duvida de que foi na própria China que nasceu a arte do bronze. Foram necessários apenas alguns séculos para que os antigos chineses chegassem à perfeição de que dão testemunho as peças encontradas em Anyang, dado que o início da Idade do Bronze talvez coincida com o da dinastia dos Chang ou date de uma época que não lhe deverá ser muito anterior. É possível que a descoberta do bronze na China se situe, aproximadamente, cerca de 1700 a.C..

Ora, recordemo-lo, é justamente ao XVIII século que a tradição faz remontar a aparição da dinastia dos Chang[5].

Mas, se hoje temos de renunciar à hipótese de uma invasão ou de um empréstimo, se é preciso admitir que a técnica do bronze nasceu na própria China, não se segue daí que esse nascimento tenha sido inteiramente espontâneo: influências longínquas devem ter desempenhado um determinado papel na aparição desta técnica na China do rio Amarelo. A partir do Neolítico, a cerâmica pintada dá-nos a prova da existência de relações entre esta região e os países vizinhos do mar Cáspio. Situada num cruzamento de rotas, a região do curso médio do Rio Amarelo esteve sempre aberta a influências longínquas, vindas da Sibéria e dos oásis da Ásia Central. No caso do bronze, pensa-se, muito naturalmente, no local onde a arte das ligas metálicas apareceu primeiro: da Mesopotâmia ou, de preferência, das regiões da Rússia meridional, até onde a arte do bronze chegou a partir daquele centro primitivo, depois através das populações da estepe, que devem ter servido de intermediárias, a idéia tão fecunda das ligas metálicas poderá ter sido transmitida até a China do Norte.

Na própria época dos Chang notam-se indícios de influências e de relações a longa distância. Certas formas de vasos Chang encontram-se em Djemdet-Nasr e em Mohenjo-Daro, no Noroeste da Índia. Os jades descobertos em Anyang foram, sem dúvida, importados da Ásia Central, tal como os de épocas posteriores. Certos motivos animalistas recordam, curiosamente, os da Mesopotâmia corpos de serpentes enlaçadas pelas caudas, tigres ou outros animais virados uns para os outros, como sobre uma das portas da antiga Micenas, e enquadrando uma personagem. Foi das mesmas regiões da Ásia (Turquestão chinês, Transoxiana, Irão e Noroeste da Índia) que vieram, nas épocas mais brilhantes da história chinesa, influências artísticas e intelectuais. Dos Han aos T ang, música, escultura, jogos, folclore e religião da China devem muito às influências vindas dessas regiões. Até ao XII século, as capitais chinesas, cidades de população cosmopolita, estabelecer-se-ão nesta China tão fértil do curso médio do rio Amarelo, onde se desenvolve primeiro a civilização do Bronze, no cruzamento de rotas que conduzem, para norte e noroeste, até às estepes mongóis e aos oásis da Ásia Central, para sul, até ao vale do Iangtsé.

Esta região mantinha igualmente relações desde a época dos Chang, com a China do Sul e os países do Sueste da Ásia. As tartarugas gigantes, cujas partes ventrais serviam para adivinhação no fim do II milênio, eram oferecidas como tributo pelas populações do vale do Iangtsé, ou vinham, talvez, da Malásia. Os caurins, objetos de valor usados no tempo dos Chang e dos Tcheu ocidentais podem ter sido importados da Birmânia ou das Maldivas. É ainda do Sul que vem, sob a forma de lingotes, o estanho ou uma parte do estanho necessário à fundição do bronze. Certos bronzes Chang, que apresentam representações de tipos melanésios ou negróides (rosto largo e redondo e nariz achatados), atestam, também eles, a existência de relações entre a China dos Chang e os países do Sueste da Ásia[6].

Digamos, para terminar que podem ser feitas comparações entre gravuras de animais da época dos Chang e dos Tcheu e as dos postes totêmicos da costa noroeste da América do Norte. A surpreendente analogia dos motivos e a sua disposição sugerem a existência de relações entre a China arcaica e a América do Norte, através do estreito de Behring[7].

Tudo convida, deste modo, a uma conclusão que permite atribuir aos fatos toda a sua riqueza e que concilia dados aparentemente contraditórios: desde o princípio, a originalidade da civilização chinesa em nada exclui a diversidade das influências exteriores. E esta conclusão é válida para toda a história da China.

Capítulo Terceiro

A ÉPOCA ARCAICA – OS CHANG E OS TCHEU OCIDENTAIS

(XVIII ? – VIII séculos)

I – Economia e sociedade

1. Dualismo primitivo da sociedade chinesa. – A descoberta da fundição do bronze parece ter tido efeitos determinantes sobre a formação da civilização chinesa.

Sem dúvida que existe uma continuidade entre o fim do Neolítico e a Idade do Bronze: a cultura da cerâmica chinesa é bem uma cultura protochinesa. Mas, com todos os seus traços mais característicos, a civilização chinesa começa com o bronze. Com ele, efetivamente, aparecem, por um lado, todo um conjunto de técnicas superiores (carros puxados por cavalos, escrita, calendário, novas formas de arquitetura…) e, pelo outro lado, uma dicotomia social, fundamental para a história, entre a gente das cidades (nobres guerreiros e caçadores) e camponeses. As descobertas arqueológicas mais recentes vieram a confirmar aquilo que Marcel Granet, por uma intuição que se fundava apenas na delicada análise de fragmentos de lendas e temas mitológicos, tinha entrevisto cerca de 1925: "Se (a nossa) dedução é exata", escreveu ele[8], "pode datar-se a fundação das circunscrições e das cidades o estabelecimento de um regime feudal e militar, a segmentação das comunidades rurais em grupos de aldeões e citadinos, com o auxílio de uma data da história das técnicas. Pode calcular-se que o fato cristalizador foi a aparição na China do trabalho e do comércio do bronze".

A coexistência e complementaridade das populações aldeãs e citadinas parece ser, com efeito, um dos mais antigos traços constitutivos da civilização chinesa.

Foi nas zonas de antigas fixações neolíticas que foram fundadas as primeiras aldeias da Idade do Bronze. E, desde o princípio, a descoberta das ligas metálicas deve ter criado uma especialização de funções: sob a proteção das cidades nobres, as populações rurais que, anteriormente, se consagravam simultaneamente à caça e à cultura de plantas (talvez houvesse uma divisão destas atividades entre os sexos), concentram-se mais exclusivamente nas atividades agrícolas, enquanto o homem das cidades surge essencialmente como guerreiro e caçador, caça e guerra tendo então, na China arcaica, evidentes afinidades.

2. Lugar da agricultura na economia da China arcaica. " Este dualismo social muito antigo levou a formular uma interrogação que tem sido objeto de longa controvérsia: qual foi o lugar da agricultura na China da época dos Chang? As concepções tradicionais impuseram, por muito tempo, a idéia de que a civilização chinesa, perfeita desde a sua origem, tinha sido, mesmo

nas épocas mais antigas, uma civilização quase exclusivamente agrícola. Na realidade, foi somente numa data tardia, no decurso dos últimos cinco séculos antes da nossa era, que a China do Norte e a do vale do Iangtsé foram transformadas num vasto território densamente povoado e cultivado de forma contínua. Para isso foi necessário o desenvolvimento de uma organização estatal, desconhecida nas idades arcaicas, e a difusão do ferro. No fim do segundo milênio, a China do rio Amarelo é bem diferente daquilo que será no princípio do império; com base nos testemunhos que possuímos, ela está ainda coberta de florestas extensas e enormes pântanos, povoada por uma fauna extraordinariamente rica de aves, peixes e caça grossa e miúda numerosos cervos de diferentes espécies, tigres, bois selvagens, ursos, javalis e gatos bravos, sem contar com os lobos, as raposas, os macacos e a caça miúda de todos os gêneros. O número de animais selvagens capturados ou mortos durante as caçadas reais era muito elevado, contando-se por dezenas as peças maiores, como veados e javalis. Uma inscrição menciona 348 veados abatidos só durante uma caçada. Mas a bacia do rio Amarelo é também, na época dos Chang, o habitat de animais que não podem já encontrar-se numa latitude tão elevada

elefantes, rinocerontes, búfalos, panteras, antílopes, leopardos, antas. Da existência desta fauna tropical ou subtropical, as inscrições descobertas na estação de Anyang e os achados de ossos de animais constituem uma dupla prova.

A imagem que podemos formar, tomando como base os poemas antigos do Che-king, da grande planície do Norte nos séculos IX-VIII não é ainda muito diferente daquela que corresponde à época dos Chang. Os terrenos pantanosos e as florestas de pequenas árvores (ulmeiros, ameixoeiras, pereiras selvagens, salgueiros, castanheiros, ciprestes…) ocupavam a maior parte do território e as plantas de colheita abundavam. Esta natureza é ainda extremamente abundante em caça e a ação do homem apenas pouco mais sensível.

A riqueza da fauna e da flora não deixa qualquer dúvida quanto ao fraco povoamento humano da China arcaica. Pode afirmar-se também, com verosimilhança, devido à presença de animais das regiões quentes, que o clima da China do Norte, nos fins do segundo milênio e inícios do primeiro,

era muito mais ameno e úmido do que atualmente. O progresso do desbravamento foi acompanhado por uma transformação do clima, que se tornou mais seco e mais frio. Seja como for, a China do Norte conhece um equilíbrio natural muito diferente a partir dos séculos V-III antes da nossa era.

Como os homens da cultura Longchan e os da cerâmica cinzenta, os Chang fizeram grande uso da madeira para as suas construções e a sua baixela. Toda uma série de vasos de bronze aqueles cujas formas são angulares seriam cópias de vasos de madeira. Por outro lado, a arte dos Chang é uma arte animalista, não apenas na decoração como nas formas, dando provas, num tal domínio, de uma fantasia e um gênio inventivo surpreendentes (vasos em forma de carneiros, de corujas, de rinocerontes, de elefantes…). Só pela sua arte, a civilização chinesa da época dos Chang apresenta-se já, praticamente, tanto como uma civilização de caçadores e criadores como de agricultores.

Finalmente, a criação de bois e ovinos, tal como a de cavalos, necessários à tração dos carros, deve ter constituído uma atividade importante. Conhecem-se danças arcaicas que parecem ter sido danças próprias de confrarias de criadores de gado[9] e, por outro lado, as inscrições mencionam com muita freqüência sacrifícios de várias dezenas de carneiros e bois.

Todas estas considerações levam a restringir o lugar que deve ter ocupado a cultura das plantas na economia da China arcaica. Aquilo que determina a originalidade da civilização chinesa logo no seu início não é, sem dúvida, a agricultura, já conhecida e praticada no Neolítico em terras tão férteis como as da bacia do rio Amarelo, mas todas as inovações que se podem atribuir à classe nobre das cidades muralhadas. O caráter ainda rudimentar dos utensílios agrícolas vem confirmar este ponto de vista. Os utensílios dos camponeses da época Chang são muito semelhantes aos usados pelos protochineses das culturas da cerâmica negra: o alvião de pedras, a enxada de madeira de dois dentes, a faca de forma oval ou em meia-lua, na maior parte das vezes em xisto, outras utilizando conchas de bivalvos. Os cereais que têm sido selecionados são o sorgo, a cevada, uma variedade de milho, duas espécies de trigo (amarelo e negro) e uma espécie de cânhamo cujo

grão é comestível. Os animais domésticos são precisamente os mesmos que criavam as populações das culturas Yangchao e Longchan: o porco, o cão e a galinha. Finalmente, a fazer fé em testemunhos literários da época dos Tcheu ocidentais, a pesca de água doce, a caça de animais de pequeno porte, a colheita de ervas e frutos selvagens forneciam uma contribuição importante para a alimentação dos camponeses.

Portanto, é nítido que a cultura dos cereais estava bem longe de ter na China, nos fins do segundo milênio e princípios do primeiro, o lugar preponderante que ocupará a partir dos séculos IV-III antes da nossa era. Aquilo que surpreende na época arcaica é pelo contrário, a grande variedade de recursos e o caráter diversificado da economia.

3. Caráter heterogêneo da sociedade arcaica. De uma economia tão variada pode concluir-se, a priori, uma relativa diversificação social, e é isso o que a história confirma. Nem a nobreza das cidades nem os habitantes do campo pareciam constituir conjuntos heterogêneos.

Deve recordar-se, antes de mais, que os Chineses viviam rodeados por bárbaros, isto é, por populações que não tinham ainda sido assimiladas ou que apenas o tinham sido de forma incompleta[10]. Ora, essas populações, com muita freqüência, mantinham com os Chineses relações tão estreitas que pareciam complementares destes, ou que, pelo menos, não permitem considerar umas independentemente dos outros. A freqüência das incursões e expedições punitivas, as trocas de bens e mulheres foram, gradualmente, integrando esses bárbaros no mundo chinês. De modo geral, a influência da cidade-palácio decresce à medida em que dela nos vamos afastando, e as antigas representações chinesas tomavam em conta esta degradação da influência civilizadora em função da distância: para lã das zonas mais próximas, que faziam parte do território da cidade, viviam os bárbaros aliados e submetidos; mais longe, sem dúvida, viviam outros com os quais os Chineses só episodicamente tinham contatos; mais longe ainda, habitavam seres tão pouco conhecidos que os Chineses da Antigüidade os representavam como monstros, comparando-os aos animais selvagens.

Neste processo incessante de fusão com as populações circundantes, as alianças matrimoniais enriqueceram e renovaram, com contribuições constantes, a nobreza das cidades enquanto, por outro lado, as expedições

guerreiras permitiram, sem dúvida, aumentar o número de súditos. É possível que os cativos feitos na guerra tenham formado, na China arcaica, uma parte importante das classes inferiores e que, desse modo, no próprio território das cidades se tenha processado uma lenta transformação dos bárbaros em Chineses.

De moda mais geral, a diversidade das ocupações parece ter determinado uma diversidade de situações sociais que se reflete no vocabulário: criadores e pastores, escravos encarregados do tratamento dos cavalos, artesãos das cidades (oleiros, carpinteiros de carros, fundidores…) pareciam formar outros tantos grupos distintos, cujo grau de servidão deve ter sido variável. E os próprios cultivadores não constituíam, certamente, um grupo uniforme.

4. Os camponeses. • Os agricultores representam apenas uma parte das classes inferiores, embora, tanto quanto parece, a mais importante e aquela que estava destinada a desenvolver-se mais.

Se as técnicas dos cultivadores da época Chang em nada se distinguiam das dos seus antepassados do Neolítico, em contrapartida a vizinhança da cidade-palácio modificou inteiramente as suas condições de vida • encontrando-se sob a proteção religiosa e militar da cidade-palácio, as condições sociais limitaram e especializaram os camponeses na cultura de plantas e na criação de animais domésticos. Os produtos da atividade camponesa tinham a sua utilização nos sacrifícios da classe nobre: cereais, álcool, porcos e cães comestíveis. Em particular, os sacrifícios de porcos, mencionados nas inscrições adivinhatórias de Anyang, parecem ter sido muito numerosos. O poder real inquietava-se com as colheitas futuras e as condições meteorológicas, sempre incertas e cujas variações podiam ter graves conseqüências sobre as culturas. Era precisa uma certa familiaridade com o céu. Mas esta solicitude explica-se, não, talvez, porque a classe nobre, carnívora de preferência, fizesse um grande consumo de cereais, mas porque as práticas religiosas exigiam um uso abundante do álcool.

Além disso, na época dos Tcheu, pelo menos, inspetores rurais regulamentavam os pormenores das culturas. O seu principal papel consistia em fixar as demarcações, e foi por isso, provavelmente, que os autores tardios viriam nesses intendentes verdadeiros agrônomos. A divisão

das terras para as diferentes culturas, o pasto e a caça devia ter, num momento em que as terras férteis da China do Norte eram ainda muito pouco povoadas, um caráter mais urgente do que o melhoramento do rendimento.

O problema da propriedade das terras não se punha ainda nas épocas arcaicas. A única forma conhecida de posse territorial é o feudo, isto é, uma espécie de presidência militar e religiosa que se estende sobre um território definido, delimitado por elevações de terra (fong)[11]. A entrega de cereais, álcool e animais de criação surge, neste contexto, como uma prestação de caráter religioso: estes bens, que incorporam as virtudes do terror, são destinados ao sacrifício e o seu consumo exige uma consagração prévia. A economia como tal não era ainda conhecida e as relações entre os homens estavam longe de terem adquirido aquele caráter abstrato que tomarão com a difusão da moeda e o uso dos contratos.

Tanto quanto é possível formar uma idéia através dos documentos relativamente tardios, o mundo rural da época dos Tcheu, tal como, sem dúvida, sucedera já com o dos Chang, conheceu uma estrita distribuição de funções e de atividades entre homens e mulheres. A tecelagem, a cultura dos bichos-da-seda e a fabricação de álcool pertenciam às mulheres. Pelo contrário, os trabalhos nos campos, as colheitas, a caça e a pesca eram atividades masculinas. É muito provável que esta dualidade de funções e esta colaboração dos sexos estejam na base de certas representações extremamente vigorosas no pensamento chinês. A oposição do macho e da fêmea joga-se em diferentes planos, temporais e espaciais: em interior e exterior em relação à casa camponesa, à época dos trabalhos nos campos e ao período de reclusão hibernal, em locais expostos ao sol e em locais ao abrigo do sol… Todas estas realidades opostas e complementares participam dos dois princípios gerais do yin (maneira de ser e domínio femininos) e do yang (maneira de ser e domínio masculinos).

Os habitantes do campo vivem sob o regime da grande família de consangüinidade classificatória (o pai não é distinguido dos tios paternos e faz parte do mesmo grupo; o mesmo sucede com a mãe e as tias maternas). O tipo mais habitual de casamento entre primos cruzados (o jovem casa

com a filha do tio materno, o que quer dizer que as mulheres são escolhidas, de preferência, na família da mãe).

Na época dos poemas do Che-king (IX-VIII séculos), são as raparigas que vão estabelecer-se nas aldeias dos maridos, mas parece, segundo certos indícios, que era muito mais corrente, na época superior a prática segundo a qual o futuro genro era criado pelos seus tios maternos.

Toda a vida rural é regulada pela marcada oposição que separa o período de reclusão hibernal dos trabalhadores agrícolas, cujos fim e princípio são assinalados com festividades. As festas da Primavera parecem ter sido ocasião de competições entre os sexos, danças e cantares alternados entre grupos de rapazes e raparigas pertencentes a aldeias diferentes. Estas festas realizavam-se nos locais santos, muitas vezes nas confluências de rios, lugares onde viviam as almas dos ancestrais prestes a reincarnarem[12].

5. A classe nobre. É provável que os fundadores das primeiras aldeias da Idade do Bronze tenham sido os chefes de confrarias de fundidores, se bem que outros grupos (caçadores e criadores) tenham certamente contribuído para a constituição da classe nobre das cidades.

Mas o que é a cidade dos tempos arcaicos? Um palácio, antes de mais, protegido por uma cintura de muros em terra batida que serviam, simultaneamente, para proteger a cidade das incursões e das inundações. Com efeito, as cidades da época arcaica são geralmente construídas nas proximidades imediatas de um curso de água. Com cerca de 8 metros de altura e 10 a 15 de largura, essas muralhas formavam um quadrado ou um retângulo orientado segundo os quatro pontos cardeais e com portas de cada lado. Esta disposição, que se tornou tradicional na China até à época contemporânea, deve ter-se relacionado, na origem, com as práticas rituais que permitiam regular as estações e fazer girar o sol. As próprias portas são sagradas, pois é por elas que penetram as boas e as más influências, e é por elas que são expulsas as calamidades.

As cidades Chang e Tcheu tinham pequenas dimensões. A julgar pelas escavações, a última capital dos Chang, a maior cidade da época, não tinha mais de 800

metros de perímetro. Segundo os rituais do fim da época dos Tcheu, que registravam uma tradição sem dúvida já respeitada na época dos Chang, a residência do rei (e, com ela, as dos senhores, que seguiam a mesma traça) era orientada segundo um eixo norte-sul e compreendia três pátios sucessivos. A norte do pátio central, virada para o sul, encontrava-se a sala de audiências, para a qual se subia por três degraus, onde se encontrava o príncipe no momento dos atos rituais. (Todos os edifícios, de forma retangular, são construídos por meio de pilares de madeira que suportam um telhado de duas águas. Um envasamento, característico de todas as construções públicas da China, suporta o conjunto.) A leste deste pátio central encontra-se o templo dos ancestrais e, a oeste, o altar da Terra (ou do deus do solo, no tempo dos Tcheu). Antepassados e deus do solo, opostos pela sua orientação, têm também funções antitéticas: os primeiros são, geralmente, distribuidores de benefícios, o segundo é uma divindade punitiva e sinistra. É no seu altar que os cativos e perjuros são executados e é em frente dele que os exércitos que partem em campanha se devotam à morte por meio de um juramento.

O pátio central, lugar santo por excelência, constitui, na capital, como que um centro do mundo. Era nesse pátio, em presença dos antepassados e do deus do solo, que se realizavam todos os atos rituais dos quais as inscrições dos vasos de bronze da época dos Tcheu nos deram conhecimento (investiduras, ordens, doações, julgamentos…), ocupando cada um dos participantes o lugar fixado com antecedência num dos quatro lados do pátio.

A norte da residência principesca encontrava-se um mercado. A sul habitavam os artesãos necessários às atividades de guerra e caça da classe nobre (oficinas de construções de carros, fabricantes de arcos, flechas, couraças, fornos de fundidores e oleiros…). O sul da cidade abrigava, igualmente, diversos assistentes do poder nobre: intendentes, escribas, adivinhos, chefes de rituais…

Toda a vida das cidades arcaicas parecia, portanto, ter por centro o palácio, e as atividades comerciais e artesanais encontravam-se na estrita dependência desse centro religioso e militar. O termo ﷺcidade-palácioﷺ é, por isso, perfeitamente adequado para definir o tipo de cidade em questão.

O mundo chinês da época arcaica é constituído por um conjunto de cidades muradas, centros militares e religiosos que serviam de residência à classe nobre. A capital real e as cidades dos vassalos, parentes diretos ou por aliança do rei, encontram-se disseminadas na China do rio Amarelo, no meio de populações bárbaras mais ou menos assimiladas. Cada cidade-palácio, reprodução da capital, constituía uma unidade idêntica a mesma disposição geral dos edifícios, a mesma organização administrativa, o mesmo tipo de relações com os cultivadores dos campos e as circunscrições bárbaras. O centro do domínio Chang situa-se nas regiões leste e norte do Honan, e a zona onde as cidades-palácios parecem ter sido mais numerosas corresponde à atual província do Honan e ao sul da de Hopei. A sueste, atinge o vale do Huai e, a leste, o Chantong. Mas a influência chinesa parece ter-se estendido mais longe no fim do segundo milênio, alcançando, a oeste, o vale do Wei, no Chensi, e penetrando, dali, no sul do Kansu e na planície de Tch engtu, no Szeutch uan; para sul, parece ter-se estendido, através do vale do Han, à região do curso médio do Iangtsé[13].

Na época dos Tcheu, a sociedade nobiliária encontra-se fortemente hierarquizada, constituindo uma pirâmide em cujo vértice estava o rei, detentor dos mais altos privilégios religiosos, e em cuja base se encontravam as famílias de simples nobres, que forneciam o grosso dos combatentes. Os senhores, chefes de cidade, eram investidos pelo rei. Textos relativamente tardios referem-se a uma espécie de investidura per glebam, que consiste na entrega ao vassalo de um punhado de terra recolhido no altar do deus do solo real, do lado correspondente à orientação do feudo e da cor particular correspondente a essa direção[14].

Abaixo do rei e do príncipes encontravam-se os chefes das grandes famílias nobres, que desempenhavam funções na corte e constituíam uma espécie de altos funcionários. A seguir, vinham as famílias dos barões, que viviam do rendimento das terras dos pequenos burgos rurais que lhes haviam sido afetados; abaixo dos barões encontravam-se, finalmente, os simples fidalgos.

Quando chegava a ocasião, os príncipes vassalos participavam nas guerras e nas grandes caçadas reais, fornecendo o seu contingente de carros e combatentes, recebiam o rei quando este se deslocava, entregavam mão-de-

obra ao palácio real e pagavam tributos que consistiam em animais de sacrifício, carapaças de tartaruga, cobre, estanho, búzios… Em contrapartida, o rei concedia aos vassalos o apoio dos seus exércitos. Análogas trocas de serviços uniam príncipes e barões.

A administração das cidades Chang e Tcheu faz parte do modo de vida da classe nobre. Ela comporta, essencialmente, atribuições domésticas, religiosas e militares. Existem, na época dos Chang, ﷺfuncionários encarregados dos cavalos e dos carros, dos arcos e das flechas, das lanças, dos cinturões, dos cães, dos chefes dos guardas, dos adivinhos, dos invocadores, dos escribas… Na época dos Tcheu, o número destes funcionários tende a aumentar e aqueles que são encarregados da direção das populações rurais tendem a assumir maior importância com o progresso do desbravamento[15].

6. A vida da classe nobre. ﷺ Além das suas atividades religiosas, a classe nobre consagra o seu tempo à caça e à guerra. Caça e guerra em nada se distinguem uma da outra na época arcaica. O armamento é o mesmo e as grandes caçadas servem para o treino das tropas. Os terrenos onde se desenrolam são os mesmos.

Cativos e caça são tratados de forma idêntica e consagrados aos ancestrais e aos deuses. Uma parte dos prisioneiros de guerra é, com efeito, executada no momento do triunfo ou reservada para ser oferecida em sacrifício. Assim, segundo uma inscrição de Anyang, 3 carneiros, 30 bois e 2 prisioneiros são sacrificados a uma rainha defunta quando de uma consulta adivinhatória.

Dirigida contra as cidades rebeldes ou contra os Bárbaros, a guerra é uma espécie de incursão e não tem em vista a conquista de novos territórios, mas a aquisição de bens preciosos, de cultivadores, de escravos, de artesãos, de animais de criação e de colheitas.

O armamento compreende tipos muito diferentes de arcos, de bolas e de flechas, que permitem uma tensão muito forte, que é habitual na Ásia oriental e setentrional, um machado-punhal com cabo, que apenas se encontra na China arcaica e que serve para carregar sobre o inimigo e vibrar-lhe os primeiros golpes. Pode observar-se, ao longo dos séculos, a

sua transformação progressiva em alabarda. Lanças, machados, cascos, cinturões e armaduras completam este armamento[16].

O carro, que continuará a ser usado na guerra até ao terceiro século antes de Cristo, mas acabará por perder a sua influência com o desenvolvimento da infantaria a partir dos fins do IV século, é um veículo leve de duas rodas e uma lança. A sua caixa, quadrada ou retangular, munida de balaustradas, é coberta, para as cerimônias e as viagens, por um dossel circular (um quadrado com um círculo por cima que simboliza a Terra coberta pelo Sol). É atrelado a dois cavalos, ladeados, por vezes, por outros dois cavalos independentes do jugo.

Três homens tomam lugar em cada carro: o cocheiro, no centro, um arqueiro, à esquerda, e um lanceiro, à direita[17].

O núcleo do exército é formado pelos nobres: apenas eles possuem carros e cavalos, só eles se encontram verdadeiramente armados. O resto é constituído por servos, carregadores, palafreneiros. Estes peões (t�ou) deviam ser recrutados, em parte, entre os camponeses. Na época dos Chang, em que os carros são agrupados por unidades de 5 e por formações, mais importantes, de 25, as expedições compreendem, geralmente, alguns milhares de homens e mais de uma centena de carros.

A marcha das tropas, regulada como um bailado, por meio de campainhas e tambores, a ornamentação e as cores testemunham a importância dos aspectos psicológicos da guerra: a expedição militar é um desencadear de poderes mágico-religiosos, tanto como de forças positivas.

7. Os acontecimentos. — Da história política da China, desde a época dos Chang à dos Tcheu ocidentais, poucas certezas se possuem. No decurso dos séculos que precederam a instalação da capital em Anyang, os Chang devem ter mudado sete vezes de capital, no Norte e no Nordeste do Honan, a sul e a norte do curso atual do rio Amarelo. Escavações recentes vieram confirmar em parte esta suposição: as estações de Tchengtcheu e a do Yenche, a leste do Leyang, correspondem a capitais anteriores ao período de Anyang (XIV-XI séculos). Por outro lado, o estudo de inscrições adivinhatórias sobre ossos e carapaças de tartaruga permitiu reconstituir a lista dos trinta reis Chang. Ora, esta lista é quase idêntica àquela que o

historiador Szeuma Ts�ien (135?-93? a.C.) elaborou com base numa tradição já milenária encontram-se apenas três discordâncias entre dois reis sucessivos e duas filiações inexatas. Com os 13 primeiros soberanos, a sucessão normal processa-se de irmão mais velho para irmão mais novo, sucedendo o filho ao pai apenas em casos excepcionais. Mas, com os quatro últimos reis, a sucessão de pai para filho torna-se regra, e essa regra manter-se-á durante as épocas posteriores.

No decurso do último período, durante o qual a capital foi estabelecida perto de Anyang, os Chang parecem ter estado muito freqüentemente em guerra com as populações ainda não assimiladas que habitavam o vale do Huai. Estes combates explicam, talvez, a facilidade com que os Tcheu, príncipes chineses que sofreram forte influência das populações locais e que tinham o seu centro ao norte do vale de Wei, no Chensi, puderam apoderar-se da capital no fim do século XII ou, mais provavelmente, no princípio do século XI, e substituir os Chang. A capital secundária será construída perto da atual Loyang, no Honan. Fato notável, estas duas situações serão igualmente as das capitais das dinastias Han (204 a.C.

220 d.C.), e T�ang (618-907).

As inscrições sobre bronze são a nossa principal fonte de informações para a época dos Tcheu ocidentais. Mas esses textos contêm mais informações sobre as instituições do que sobre a história política. Desse período conhecemos, sobretudo, a lista e os nomes dos reis aos quais estão ligadas certas tradições mais ou menos lendárias. O único fato historicamente importante e certo é, cerca de meados do século VIII, a pressão dos Bárbaros do Chensi, que obrigou os Tcheu a refugiarem-se no Honan, sob a proteção do principado de Tcheng, e a instalarem-se de modo definitivo em Loyang. O poderio e o prestígio da casa dos Tcheu serão, a partir de então, muito atenuados e assiste-se a desenvolvimentos históricos inteiramente novos.

II O universo mental

1. Ritos e representações religiosas. Conhece-se a importância dos ritos na China. Deve-se ver neles uma regulamentação das atividades e dos atos

que está intimamente ligada a concepções cosmológicas. Daqui resulta que esta regulamentação não é concebida como arbitrária e proveniente da convenção mas, pelo contrário, relacionada com o ciclo das estações, o movimento dos corpos celestes e as virtudes particulares dos setores do espaço. É destes aspectos, sem dúvida, que ela tira a sua força de sugestão. Portanto, é provável que este sistema de constrangimentos só lentamente se tenha formado: aquilo que se entrevê do comportamento dos homens na época dos Chang faz pensar que tal sistema não se tinha ainda constituído no fim do segundo milênio. Os excessos que a tradição chinesa atribui ao último soberano dos Chang correspondem, sem dúvida, a uma realidade histórica: as escavações de Anyang provaram até que ponto a virtude da moderação era desconhecida dos últimos reis desta dinastia.

É um mundo faustoso e violento o do fim da dinastia Chang. Enormes riquezas são consagradas ao culto (animais de criação, metais, produtos da agricultura, caça, prisioneiros de guerra), e quase todos os bens que possui esta sociedade são objeto de despesas sumptuárias por ocasião de sacrifícios regulares ou excepcionais ou de funerais de reis e grandes nobres. Carneiros, bois, porcos, cães e veados são sacrificados às dezenas. As oferendas de 30 ou 40 bois a um único antepassado não são excepcionais, e existem caracteres especiais na escrita, para designar os sacrifícios de 100 bois, 100 porcos, 10 porcos brancos, 10 bois, 10 carneiros. As vítimas podiam ser decapitadas ou garotadas, fumadas ou assadas, esquartejadas, oferecidas cruas ou cozidas, inteiras ou em partes. Chegou-se mesmo ao ponto de as enterrar, afogar ou queimar. Deste modo, tanto se verifica o consumo alimentar e a distribuição das riquezas como a destruição pura e simples. No primeiro caso, deuses e homens, antepassados e descendentes vivos, festejam juntos com banquetes que, sem dúvida, tinham muito de orgias, com abundância de vitualhas e álcool. Os Chang deixaram uma reputação de ébrios que não parece imerecida, tanto mais que os recipientes destinados a bebidas alcoólicas abundam na sua baixela de bronze e cerâmica.

Se uma regulamentação das despesas não se impunha ainda num mundo em que a caça e os animais de criação pareciam satisfazer com abundância as necessidades, certos dados muito antigos, já presentes na época dos Chang, podem ter contribuído para a formação do sistema dos ritos. É,

provavelmente, desde as suas origens que os Chineses, fundadores de cidades muradas, atribuem uma importância capital à posição das estrelas e às orientações, na construção das cidades-palácios e no arranjo dos territórios adjacentes, nas cerimônias e nas danças sagradas da Corte. Adivinham-se já os elementos de uma cosmologia e os atos sagrados não são apenas a expressão dessa ordem cósmica constituem o próprio princípio da sua realização. Os dramas mimados, as danças animalistas ou com máscaras, cuja traça Marcel Granet se esforçou por encontrar, apresentam-se como narrativas da formação do mundo. Elas têm a virtude de recriar de novo o poder real, de inaugurar um tempo novo, de organizar o espaço de quatro setores que rodeia a cidade. Muito cedo, certamente, a observação do céu deve ter fornecido a matéria para uma simbologia real. Imitar o céu nos seus movimentos foi, talvez, o primeiro modo de se governar. A partir dos Chang, o rei é conhecido como o filho do céu (ou, talvez, príncipe consumado no céu). O

mundo celeste é uma réplica do mundo terrestre. O Deus do Sol, o Soberano do Céu, tem, como o rei Chang, vassalos, que são certos antepassados da família real, os deuses do vento, das nuvens, do Sol, da Lua e das estrelas (e, em particular no Sul, o de uma constelação-pássaro que se tornará, mais tarde, o Pássaro Vermelho). Estes deuses celestes não recebiam oferendas, mas era possível entrar em contato com eles por intermédio dos antepassados reais[18].

O Soberano do Céu protege as cidades, preside à sua fundação, assegura a vitória na guerra, provoca a Chuva, o vento, a seca e faz descer calamidades sobre a Terra. Contudo, esta divindade que intervinha no mundo dos homens parece ir perdendo a sua individualidade à medida que as atividades agrícolas se vão tornando preponderantes. Segundo os autores dos três séculos antes do império, o céu acaba por não ser mais do que a natureza e ordem cósmica imanente.

Através das representações religiosas dos Chang parece esboçar-se uma certa estrutura do mundo: às divindades do céu, antepassados e deuses celestes, opõem-se os deuses do solo, certamente já hierarquizados, os deuses que presidem aos quatro setores que rodeiam a capital, os de certos cursos de água (dos quais o principal é o do rio Amarelo, a que é já

habitual, como no tempo dos Tcheu, oferecer donzelas em casamento) e os de certas montanhas. Deuses do solo e deuses dos rios e das montanhas continuarão a ser importante objeto de culto nas épocas posteriores. Dever-se-á encarar, nestas duas categorias tão diferentes de potências divinas, o reflexo de uma dicotomia social? Aos deuses dos nobres, fundadores de cidades, parecem ter estado associados os deuses terrestres dos camponeses e dos Bárbaros conquistados ou assimilados.

2. O culto dos antepassados. • O culto dos antepassados reais ocupa um lugar central na religião dos Chang e dos Tcheu. É em frente do templo dos antepassados, onde são conservadas as suas tábuas funerárias • suporte das suas almas -, encerrando nas urnas de pedra, quer dizer, na sua própria presença, que se realizam todos os atos rituais. Todos os grandes acontecimentos da vida da casa real e todas as solenidades da Corte lhes são anunciadas em voz alta. Os antepassados servem, com efeito, de intermediários junto dos outros poderes religiosos, eles próprios intervêm na vida privada da família real, apresentam-se nos sonhos, enviam as doenças, exercem influências sobre as colheitas e são consultados muitas vezes por meio da adivinhação. Omoplatas de carneiro e boi, ou as partes ventrais de carapaças de tartarugas, nas quais são praticadas pequenas cavidades, são submetidas à ação do fogo e a forma das manchas permite interpretar a resposta do antepassado interrogado. Na época Chang, este ritual adivinhatório, que é apanágio de um colégio de especialistas (mais de cem nomes de adivinhos Chang chegaram até nós), parece ser normalmente precedido por um sacrifício destinado a provocar a atenção e a benevolência dos antepassados. Numerosas peças que serviam para a adivinhação pelo fogo foram encontradas em Anyang, e algumas outras igualmente noutros sítios: Tchengtcheu, Loyang, no Honan, e na região de Si-na, no Chensi. Entre elas, um pequeno número continha inscrições: trata-se de perguntas dirigidas aos antepassados e acompanhadas, por vezes, da sua resposta. Até agora, 41.000 inscrições foram já publicadas, e dos 3.000 caracteres de escrita descobertos, mais de 1.000 puderam ser identificados[19]. Tudo quanto de mais exato sabemos relativamente à civilização dos Chang entre o meado do século XIV e o século XI deve-se, principalmente, à decifração paciente dessas inscrições a partir do momento de sua descoberta, em 1899, e, sobretudo, aos trabalhos de três grandes sábios chineses cujos nomes merecem ser recordados aqui: Lo Tchenyu, Wang Kuowei e Tong Tsopin.

Graças ao estudo dessas inscrições, ficou a saber-se que as perguntas feitas aos antepassados se relacionavam com os sacrifícios por eles reclamados, os fenômenos naturais, a cultura de plantas e a criação de animais, as expedições militares, os assuntos privados da casa do rei (caçadas, viagens, sonhos, doenças, nascimentos…) ou, ainda, com o caráter fasto ou nefasto dos dez dias seguintes. Sabe-se, também, que o signo cíclico que designa cada antepassado-rei corresponde ao dia em que é habitual oferecer-se sacrifícios, sendo os dez dias da ﷺsemanaﷺ mencionados por meio de uma série de dez signos especiais. Apenas os soberanos do ramo principal são venerados juntamente com as rainhas, ao contrário do que sucede com os antepassados dos ramos colaterais.

Com efeito, os reis Chang são polígamos e podem ter numerosas mulheres secundárias. No entanto, pode haver, igualmente, várias rainhas.

A partir de 1950, a descoberta e a escavação sistemática dos grandes túmulos reais de Anyang enriqueceram singularmente o nosso conhecimento das práticas funerárias no fim da época dos Chang. Os túmulos apresentam-se sob a forma de fossos retangulares com quatro caminhos de acesso ao norte e ao sul, a leste e a oeste, e um poço central (os caminhos de acesso constituíam, com efeito, segundo os rituais conhecidos numa época mais tardia, um privilégio real). São em número muito pequeno e distinguem-se dos túmulos menos importantes pelo caráter mais complexo da sua arquitetura e a abundância do seu mobiliário funerário.

Apenas neles se encontram bronzes. Os túmulos ordinários só contêm, pelo contrário, vasos em cerâmica e os mais pequenos são completamente desprovidos de mobiliário. O mobiliário dos túmulos reais caracteriza-se pelo seu grande luxo: séries de sinos de bronze, carrilhões de pedras sonoras (que permitem conhecer a gama usada naquela época), vasos para o culto de diferentes tipos em bronze, armas, cerâmica, carros atrelados aos seus cavalos nos acessos norte e sul, cães enterrados num pequeno fosso aberto sob o túmulo.

Mas foram, principalmente, as escavações que se têm efetuado em Anyang, a partir de 1950, que confirmaram de modo a não deixar dúvidas a prática de sacrifícios humanos: o número de homens destinados a seguir o rei no outro mundo era extraordinariamente elevado. Num único túmulo e suas

dependências foram encontrados 300 esqueletos, alguns intactos e outros cuja cabeça fora separada do tronco. Assim, parece que os reis estariam rodeados no túmulo pelo seu séquito e por uma parte dos seus próximos: rainhas e concubinas, guardas, cocheiros, monteiros e funcionários diversos. Mais de um milhar de anos depois, um autor chinês, Motseu, recordou estas práticas sumptuárias e os sacrifícios humanos, que ainda não tinham desaparecido completamente na sua época: "Quando da morte de um príncipe, ficavam vazios os armazéns e os tesouros: ouro, jade, pérolas eram colocados em contato com o corpo. Rolos de seda e carros com os seus cavalos são enterrados no fosso. Mas são também necessárias tapeçarias para a sala funerária, vasos de três pés, tambores, mesas, jarrões, recipientes de vidro, achas de armas, estandartes com plumas, marfins e peles de animais.

Não se ficava satisfeito enquanto o morto não fosse acompanhado por todas as riquezas. Quanto aos homens sacrificados para o seguirem, no caso de tratar-se de um filho do céu, o seu número varia entre algumas dezenas e várias centenas.

Se é um alto funcionário ou um barão, varia entre algumas unidades e algumas dezenas". Existem outros testemunhos escritos relativos ao período que abrange do fim da época arcaica ao império e, além disso, as escavações têm provado a persistência destas práticas. Contudo, esses sacrifícios humanos, que parecem, por outro lado, ter sido muitas vezes voluntários, foram-se reduzindo progressivamente no decurso do primeiro milênio e só progressivamente no decurso do primeiro milênio e só esporadicamente se verificam durante o império[20]. A evolução econômica, política e social do mundo chinês a partir do fim da época arcaica explica, sem dúvida, a reprovação desses sacrifícios rituais. Limitação de despesas com objetivos econômicos e regras rituais e morais moderadas parecem estar ligadas no seu desenvolvimento. No fim da época arcaica começou a aparecer o hábito de substituir as vítimas humanas por manequins de vime ou estátuas em tamanho natural de madeira ou terracota. A partir do império passam a ser apenas pequenas figuras de cerâmica (além de objetos de papel, que são queimados no momento dos funerais). Dos Han aos T"ang, os túmulos contêm um tão grande número destas representações em miniatura que os museus possuem hoje numerosos

exemplares: móveis, casas, celeiros, poços, animais domésticos, personagens diversas, tais como músicos, bailarinas, acrobatas, jogadores de xadrez, cozinheiros…

Os numerosos sacrifícios humanos revelados pelas escavações do Anyang forneceram aos sábios chineses que se afirmam pertencentes à escola marxista um argumento a favor de um esquema tradicional e a priori da evolução histórica. Eles permitem concluir, segundo esses sábios, que a sociedade chinesa da época dos Chang era uma sociedade escravagista. Todavia, não parece fácil acreditar, com base em tudo quanto se sabe desta prática na própria China e mesmo noutras civilizações antigas, que os homens sacrificados com o morto tenham sido, na maior parte da vezes, simples escravos. Parece, pelo contrário, que os personagens que acompanhavam o rei no seu túmulo eram, principalmente, os seus mais próximos servidores, os seus íntimos, os seus companheiros de caça e as suas mulheres.

Capítulo Quarto

O PERÍODO DAS HEGEMONIAS

TRANSIÇÃO ENTRE A ÉPOCA ARCAICA E A ÉPOCA DOS ESTADOS MILITARES

(VII e VI séculos)

I • Modificações da economia e dos comportamentos Existem boas razões para se admitir que entre os fins do segundo milênio e o VII século houve, na China do Norte, um lento progresso do desbravamento e do povoamento humano. Sem dúvida que as escavações efetuadas recentemente provam que os utensílios e os modos de cultura não sofreram modificações entre a época dos Chang e a dos Tcheu, mas um indício bastante seguro do crescimento da população e de uma modificação das relações entre o homem e a natureza nos é fornecido pelo recuo da fauna.

Certos animais das regiões quentes, como o elefante e o rinoceronte, desaparecem ou tornam-se mais raros, e não parece que os chineses dos séculos VIII e VII conseguissem, na suas caçadas, fazer um número tão

elevado de vítimas como os seus antepassados da época Chang. As grandes caçadas reais dos séculos XIV-XI parecem, com efeito, ter sido particularmente destruidoras[21]. Por outro lado, a hipótese de um progresso do desbravamento no decurso dos séculos que se seguiram no fim dos Chang encontra apoio na tradição: os Tcheu passam por ter favorecido a cultura dos cereais e a lenda reza que o fundador da casa dos Tcheu fora ﷺMinistro da Agriculturaﷺ do soberano mítico Chuen.

Parece, também, que a criação de carneiros e bois se encontrava em regressão na primeira metade do primeiro milênio: nos sacrifícios da época dos Tcheu, o número de animais mortos já não constitui, como no tempo dos Chang, objeto de perguntas feitas aos antepassados, sendo antes regulamentado por rituais e reduzindo-se apenas a alguns animais (sendo o sacrifício mais corrente semelhante aos suovetaurilia dos Romanos). Os sacrifícios de dezenas de animais, tão freqüentes na época dos Chang, parecem ter sido inteiramente esquecidos. Outro indício deste recuo na criação de animais, que continuará até perto da era cristã: numerosos caracteres que se referiam à criação e aos sacrifícios de animais desaparecem do vocabulário entre a época dos Chang e o VII século[22].

A arqueologia e os textos parecem, portanto, confirmar uma hipótese já por si bastante verossímil: os chineses da época dos Chang e do início dos Tcheu destruíram imprudentemente uma natureza cuja riqueza talvez lhes tenha parecido inesgotável. Mas esta destruição inconsiderada da floresta e da fauna modificando, lentamente, as condições naturais, modificou igualmente o modo de vida da classe nobre. Mesmo limitada, ela verificou a importância relativa da agricultura na economia e a dos cereais na alimentação. Uma regulamentação ritual da caça (e também do abate de árvores), estabelecida de acordo com o ciclo das estações, pode ter parecido necessária desde o fim da época arcaica: a reprovação das grandes caçadas, que implicavam uma destruição demasiado rápida da caça e se realizavam independentemente de quaisquer rituais, será um dos temas favoritos da moral confuciana na época dos reinos combatentes. Mas há indícios de que tal tema pode remontar a épocas mais remotas.

Pode admitir-se, igualmente, que a regulamentação da caça tenha contribuído, pela sua parte, para a formação de uma ética nova e que, de

modo mais ou menos geral, a importância relativa que parece ter tomado a cultura dos cereais relativamente à caça e à criação de animais tenha tido, indiretamente, certos efeitos sobre a mentalidade e as concepções da época dos Tcheu ocidentais.

Parece que o ritual se consolidou no decurso deste período, que ainda conhecemos tão mal, e que um espírito de moderação começou a inspirar os comportamentos e as relações entre famílias nobres. Simples hipótese, mas que é imposta pelas diferenças de mentalidades: entre o comportamento faustoso e violento dos homens da época dos Chang e o dos nobres dos VII e VI séculos, ciosos dos seus ritos e com eles preocupados, pode bem pensar-se numa evolução. Por outro lado, as recentes escavações revelaram que, pelo menos no domínio das práticas funerárias, a regulamentação do ritual se tornou mais rigorosa no fim dos Tcheu ocidentais e princípio do período Tch�uen-tsieu, acabando por se tornar cada vez mais branda a partir do fim do VI século. Talvez seja igualmente significativo o fato de o número de homens sacrificados com o morto se encontrar, como já foi notado, em diminuição tão sensível no decurso do primeiro milênio. A partir dos Tcheu parece ter-se perdido a memória das hecatombes da época dos Chang. Pelos menos, as escavações não têm permitido, até agora, encontrar túmulos posteriores aos Chang tão repletos de vítimas humanas. Deverá ver-se nesse fato um sinal �

senão uma reprovação dessas mortes rituais � de, pelo menos, um progresso do espírito e moderação e uma condenação geral da hybris?

Outro dado importante: a aparição de uma guerra cortês que praticavam entre si as cidades chinesas dos séculos VII e VI. Trata-se de um torneio regulamentado, uma confrontação de prestígios em que o uso da violência era sempre moderado.

Porque o abuso da força e a exploração da fraqueza do inimigo deixa de ter a honra e corre o risco de atrair a cólera dos deuses[23].

II � A formação dos países chineses

Outras mudanças, menos sujeitas à conjectura, se produziram no decurso do mesmo período, as quais terão efeitos decisivos sobre a evolução do mundo

chinês e o desenrolar de sua história. Entre o fim da época dos Chang e o VII século, a civilização das cidades-palácios disseminou-se em toda a zona compreendida entre as estepes do Norte e a bacia do Iangtsé. Sabe-se, de modo seguro, que desde o início dos Tcheu uma região tão excêntrica como a do curso inferior do Iangtsé, a mais de 1000 quilômetros do núcleo inicial da civilização chinesa, conhecia já, pelo menos, um estabelecimento chinês: a inscrição de um vaso de bronze descoberto, em 1954, a leste da atual Nanquim, constitui disso a prova[24].

Novos centros se foram constituindo nos pontos onde as condições naturais eram favoráveis (cursos de água, vias de comunicação fluviais e terrestres, terrenos férteis, prados…) e, sem dúvida, os locais privilegiados eram já centros populacionais nas épocas neolíticas.

Bastante poderosas para imporem a sua autoridade às cidades vizinhas e às circunscrições bárbaras que as rodeavam, algumas dessas novas cidades constituíram à sua volta, recorrendo à força ou à diplomacia, vastos conjuntos de territórios e, nos séculos VII e VI, apareciam já como capitais de reinos.

Deste modo, o termo, que designava primitivamente a cidade-palácio, isolada no meio de florestas e pântanos, passou a aplicar-se a reinos que agrupavam um conjunto de cidades de pequenos burgos.

No número dos grandes reinos dos séculos VII e VI devem incluir-se Ts�i, cuja fundação remonta à época dos Chang e cuja capital foi instalada num vale da vertente norte do Changtong; Tsin, estabelecido na bacia do Fen, no Chansi, numa região habitada desde o Paleolítico, e, finalmente, Tch�u, no curso médio do Iangtsé. A estes reinos pode juntar-se e de Ts�in, no vale do Wei, no Chensi.

No entanto, devido à sua fraqueza naquela época, este último não pode ser colocado no mesmo nível que os poderosos países de Ts�i, Tsin e Tch�u.

O afastamento destas ricas cidades em relação à capital religiosa dos Tcheu, a consciência que elas tinham da sua autoridade e da sua força, a originalidade das culturas locais, nascidas dos contatos e da fusão dos Chineses com as populações aborígenes, todas estas circunstâncias deviam

tornar mais acentuado, entre os chineses da periferia, o sentimento da sua autonomia e os seus desejos de independência. A nobreza Tsin tem laivos de bárbara em conseqüência das suas trocas de mulheres com os Ti, população não chinesa do Chansi. Do mesmo modo, as circunscrições bárbaras locais, lentamente assimiladas, parecem ter desempenhado um importante papel na formação do país de Ts�in: as suas tradições guerreiras, as particularidades que se supõem na sua organização poderiam explicar-se, talvez, com estas influências autóctones. Quanto ao longínquo reino Tch�u, as suas artes, a sua língua, os seus costumes tornam-no, aos olhos dos chineses da grande planície, um país quase estrangeiro, e as descobertas que foram feitas há alguns anos em Tch�angcha, no Hunan, vieram confirmar a originalidade das tradições artísticas deste país do curso médio do Iangtsé[25].

Mais afastados ainda da civilização aparecem os poderosos países de Wu e Yué, nas planícies do Iangtsé inferior e nas margens do estuário do Tchokiang, os quais desempenharão um papel importante nas guerras do VI e V séculos. O

isolamento das cidades chinesas fundadas nestas regiões desde o início da época dos Tcheu, e o caráter particular destes países de pescadores e barqueiros, aos quais os Chineses levaram a sua arte da fundição, fizeram com que, no termo de um desenvolvimento independente, esses reinos de Sueste parecessem aos Chineses da grande planície países estranhos à sua civilização.

Percebe-se, agora, quais foram as origens das desordens em que o mundo chinês mergulhou a partir do início da época Tch�uen-ts�ieu (722-481). Tratou-se, em primeiro lugar, de um desequilíbrio entre cidades poderosas e cidades fracas, grandes e pequenos reinos e, de modo mais geral, de uma oposição entre a China do Norte e a China do Sul. Do VII ao V século, os velhos países da China do rio Amarelo e, sobretudo, os pequenos principados do Honan, tiveram de se defender sem cessar da cobiça dos reinos do Sul e, principalmente, da expansão para o Norte do grande país de Tch�u.

O mais grave, no entanto, não foi só isso, mas também o fato de a coesão moral do mundo chinês ter estado ameaçada desde o século VII, porque às

pequenas cidades da grande planície (os ❓reinos do Centro❓: Tchong Kuo, é o termo que ainda hoje designa a China), guardiãs das mais antigas tradições, se opunham os reinos periféricos, que não tinham o mesmo respeito pelos ritos nem a mesma preocupação com a moderação. O país de Tch❓u, principalmente, é animado por um espírito de conquista e dominação guerreira completamente estranho à mentalidade das antigas cidades chinesas. Ele ignora a prática da guerra cortês e, por não sentir os mesmos escrúpulos religiosos, hesita menos em aniquilar os seus inimigos e os seus cultos.

III ❓ A instituição das hegemonias

1. O declínio dos Tcheu. ❓ Uma causa mais precisa da dissolução da ordem que tinha sido instituída, ao que parece, entre as pequenas cidades da grande planície ❓ ordem instável, feita de equilíbrio e fundada sobre o respeito da hierarquia nobiliária e das prerrogativas rituais - , foi um acontecimento da história política que provocou o enfraquecimento da cada real dos Tcheu. Cerca de meados do VII século, a pressão das populações bárbaras tinha, com efeito, forçado os Tcheu a abandonar a sua capital do Chensi para se refugiarem no Honan, no local da atual Lo-yang. A partir desse momento, poder guerreiro e poder religioso, considerados indissociáveis na época arcaica, começaram a ser concebidos como independentes um do outro. Cidades mais ricas e mais poderosas que a dos Tcheu concederam, a princípio, a sua proteção ao eminente centro religioso que era a capital. Mas, privados de toda a força verdadeira, os reis perderão pouco a pouco, nas lutas que travarão entre si as cidades chinesas, a sua autoridade religiosa e moral. A evolução, no plano do pensamento, apresenta o seguinte quadro: é no próprio momento em que essa autoridade começa a ser ameaçada e quando se afirma um espírito de conquista e de lucro, que se precisa e se apura a noção de ritual e se desenvolve uma concepção ecumênica da realeza.

Os séculos VII e VI correspondem ao período conhecido tradicionalmente como das hegemonias. A presidência religiosa do mundo chinês continua, em teoria, a pertencer à casa dos Tcheu, mas reinos poderosos assumem a presidência militar e fazem reinar uma ordem que os reis se tornaram incapazes de garantir. No entanto, pelo modo como se exprime, a

autoridade hegemônica não é somente de natureza guerreira, sendo hegemônico todo aquele que preside aos ritos de aliança entre cidades.

2. O juramento de solidariedade. O juramento de aliança (meng) é um ato particularmente perigoso, porque põe os participantes em contato com as mais terríveis potências religiosas. A pessoa dos príncipes, dos chefes de cidades ou dos seus altos funcionários delegados para o juramento são invioláveis. Eles encontram-se já sob a proteção das potências divinas que serão invocadas no decurso do ritual (Sol, Lua, deuses das montanhas e dos rios sagrados…). E o juramento parece criar, entre os participantes, laços de natureza quase familiar. Com efeito, é regra tomar parte nos funerais daqueles com os quais se prestou o mesmo juramento. O ritual, propriamente dito, faz apelo às forças por uma invocação em voz alta sobre uma colina onde é sacrificado um boi (mais raramente um porco e um galo), e por escrito, porque o texto do juramento é enterrado com a vítima ou com o resto do seu sangue. A invocação, feita a título coletivo pelos propostos a juramento, é repetida em voz alta por cada um dos assistentes, os lábios umedecidos com o sangue da vítima.

O objetivo do juramento é o de renovar a coesão entre as cidades e constituir uma consagração da ordem estabelecida entre os chefes dos principados. No entanto, no decurso dos séculos VII e VI, tende a transformar-se num dos meios pelos quais, em vez de recorrerem à anexação pura e simples, durante muito tempo considerada um ato de grande impiedade, as cidades mais poderosas souberam impor o seu domínio às mais fracas. Como já foi dito, o comportamento do reino de Tch u, no entanto, é já diferente do dos reinos de Ts i ou Tsin: Tch u procederá, com mais freqüência, a anexações de cidades e territórios e recorrerá menos aos juramentos. Todavia, no século VI não se concebia ainda que a anexação, em si própria, se pudesse fazer senão com um triunfo solene e sacrifícios. Ela constitui um pacto com o destino e as potências religiosas.

Quando Tch u destruiu, em 513, a pequena cidade de Ts ai, no Honan, julgou necessário sacrificar às montanhas o príncipe herdeiro. A idéia de conquista, como ato puramente positivo, de ordem política e econômica, só

lentamente se formará durante as guerras do período seguinte, entre o V e o III séculos antes de Cristo.

IV – Os acontecimentos

Na história política da China pré-imperial, o período das hegemonias marca o início de uma longa série de guerras e coligações, que só terá fim com a unificação dos países chineses pelo reino de Ts'in e com a aparição do império.

A tradição conta cinco hegemonias. De fato, apenas exerceram um verdadeiro poder as de Ts'i, Tsin e Tch'u. Ts'i foi o primeiro a confirmar o seu papel de chefe da confederação das cidades do Leste e guardião das tradições por um juramento de aliança, que se realizou em 667, e veio, com efeito, a proteger os principados da grande planície das incursões do reino Tch'u. Tsin substituiu-o nesse papel de protetor da velha China e afirma-se como uma hegemonia com uma derrota que inflige a Tch'u em 632. Tch'u domina-o, finalmente, em 597, e o seu poderio só enfraquecerá nos fins do VI século com a ascensão de um novo rival –

o reino de Wu, que ocupa o Sul da atual província do Kiangsu. Em 506, Wu acabará mesmo por se apoderar da capital do país de Tch'u. No entanto, a partir do início do século V, Wu será ameaçado, por seu turno, pelo seu vizinho meridional, o país de Yué. Em 473, Wu é destruído por Yué, que em seguida se engrandece à custa de Tch'u. Assim, a grave ameaça que Tch'u constituía para as cidades e pequenos reinos da grande planície nos séculos VII e VI tornou-se menos sensível a partir de cerca de 500 a.C. Mas talvez outros fatores se encontrem na origem deste declínio do reino Tch'u, e, entre eles, o poderio das grandes famílias nobres, que levantou obstáculos aos esforços de centralização política.

Deste modo, verifica-se que nos séculos VII e VI as coligações são dominadas pelos três grandes reinos de Ts'i, Tsin e Tch'u. As pequenas cidades da grande planície são apanhadas entre as tenazes destes reinos do Norte e do Sul e submetidas a ameaças e pressões constantes. No decurso do período seguinte, serão gradualmente anexadas.

V • As transformações sociais e intelectuais

Mas, antes de serem absorvidas por vizinhos mais poderosos, essas cidades não estiveram inativas. Elas souberam agir de modo a conseguirem obter períodos de paz provisórios entre os grandes reinos. Fracas, não tinham outro recurso senão a diplomacia e a persuasão. Deste modo, nos conflitos que, a partir do século VII, puseram frente a frente os países do vale do Iangtsé e os do rio Amarelo, desenvolveu-se uma arte sutil de combinações diplomáticas e uma retórica moralizante, que tiveram a mais profunda influência sobre o pensamento e a literatura chineses anteriores à era cristã. Ameaçadas pelos reinos periféricos, as cidades antigas agarravam-se cada vez mais às suas tradições, às quais, por outro lado, os recém-chegados não foram insensíveis, porque elas, a seus olhos, representavam a nobreza e a essência chinesas autênticas. A importância que tomaram então, na conduta dos homens e das cidades, as considerações morais e rituais explica em parte, sem dúvida, a formação desse ideal de homem honesto que estará, no início do V século, no centro das preocupações de Confúcio.

Inversamente, as lutas armadas fizeram com que se tomasse consciência, pouco a pouco, da realidade dos fatores militares e econômicos • a sorte da guerra deixará, finalmente, de ser encarada como um veredicto do mundo divino, mas antes como a conseqüência lógica do grau de fraqueza ou força dos adversários.

Este espírito novo, mais positivo, conduzirá a uma lenta degradação da ordem antiga. À hierarquia nobiliária, ao respeito pelos costumes tradicionais sucedem-se relações de força, não somente entre reinos, mas também, e sobretudo, no interior dos próprios reinos. Daí, a partir de cerca de 600 a.C., lutas violentas entre as grandes famílias para se apoderarem do Poder, profundas rivalidades entre príncipe e barões e um esforço dramático dos chefes dos reinos para se libertarem das pressões das famílias mais poderosas. Estas lutas conduzirão, por vezes, à eliminação da nobreza consangüínea em proveito de homens novos, inteiramente dedicados ao príncipe (como sucedeu em Tsin no fim do VII século), outras vezes à usurpação de fato (como em Lu, em 562, onde o príncipe legítimo conservou as funções de chefe religioso, mas perdeu, na realidade, o poder),

à usurpação completa das prerrogativas do príncipe (em Ts�i, no princípio do V século), ou, ainda, a divisões territoriais (em Tsin, em 453).

Quando cederam as frágeis barreiras constituídas pelos costumes tradicionais, todas as estruturas políticas e sociais tradicionais se desagregaram uma após outra. Este efeito destruidor do desejo de poderio e riqueza, do interesse (li), será revelado por certos chefes de escola da época dos reinos combatentes e, em particular, por Mencius, no fim do IV século, na célebre página com que se abre a recolha de suas opiniões.

Relações pessoais de homem para homem, livremente consentidas, tomam o lugar das relações de tipo arcaico, fundada sobre os laços de consangüinidade, sobre o respeito pelos rituais e pelas atribuições religiosas. Cada grande família procura constituir a sua grande clientela. Os chefes de reino, privados das fontes efetivas do poder, porque deixam de contar com os tributos em homens armados, carros e produtos agrícolas, são forçados a manter diretamente as tropas e os meios necessários à conservação do seu poder. Os exércitos profissionais e as milícias pessoais são uma das novidades da época.

Mas o VI século é também o momento em que aparecem as primeiras reformas fiscais e agrárias: é possível assinalá-las em Lu, pequena cidade do Chantong, em 594 e 590, em Tcheng, no Honan, em 543 e 538. Então, como na época arcaica, os camponeses parecem ter tido de cultivar gratuitamente as terras, das quais a nobreza se reservava o produto, adotando-se o sistema do imposto em cereais a partir do século VI. Esse imposto é geralmente de um décimo e parece ser calculado quer na média anual, quer na produção efetiva de cada ano. A prática do imposto em espécie deve ter sido acompanhada, muito provavelmente, por uma alteração sensível na condição dos camponeses: os cultivadores, sem dúvida, adquirem com ela uma maior liberdade e independência relativamente aos seus antigos senhores. E uma certa autonomia das aldeias desenvolve-se, possivelmente, a partir do momento em que um verdadeiro sistema fiscal substitui as prestações tradicionais.

As primeiras leis penais fazem a sua aparição mais ou menos na mesma época, na segunda metade do século VI. Elas constituem uma inovação importante porque implicam o nascimento de um poder centralizado e a

substituição por um direito escrito dos costumes e regras tácitas que presidiam às relações entre os nobres e as populações rurais. Com o desenvolvimento do poder político, a sociedade chinesa terá tendência para se tornar mais coesa. Então, quando a sociedade arcaica parece ter conhecido uma múltipla justaposição de pequenos grupos sociais submetidos a uma grande diversidade de estatutos, conjuntos mais vastos e mais orgânicos estão já em vias de formação. A divisão, tradicional no tempo do império, da sociedade chinesa em nobres (e, mais tarde, em letrados), camponeses, artesãos e mercadores começa a esboçar-se, sem dúvida, a partir da época das hegemonias.

A violência das lutas traz consigo um agravamento do fardo que pesa sobre os camponeses, e a crítica confucionista verá, com boas razões, uma relação entre a degradação dos antigos costumes e a miséria a que uma nobreza poderosa e ávida de luxo reduz os camponeses. As escavações fornecem-nos, neste ponto, um indicação preciosa: o gosto pelo luxo e o desprezo pelos ritos manifestam-se nas práticas funerárias a partir do fim do VI século. É então, com efeito, que aparecem nos túmulos, ao lado de vasos rituais, objetos preciosos de uso profano.

À medida que a crise moral se acentua, aprofunda-se a oposição dos comportamentos: das lutas, das desordens e perturbações que se registram no mundo chinês a partir do VII século nascerão, conjuntamente, uma reflexão moral e um pensamento positivo[26].

Capítulo Quinto

A FORMAÇÃO DOS ESTADOS MILITARES

(De cerca de 500 a 221 a.C.)

I – A Idade do Ferro

Os três séculos que precederam o império (V-III séculos) constituem uma época de transformação rápida e completa da paisagem da China e das suas condições naturais: enormes áreas de floresta são desbravadas, aradas, cultivadas e, muitas vezes, irrigadas. As terras cultivadas chegam até às fronteiras dos reinos. A população da China, até à bacia do Iangtsé, cresce

rapidamente, apesar do caráter mortífero das guerras. No fim dos Han anteriores, num país cuja economia ainda não se apresenta muito mais desenvolvida do que no III século, a população atinge os 57 milhões de habitantes (recenseamento do ano II da nossa era)[27]. As cidades alargam as suas muralhas, tornam-se mais populosas e rodeiam-se de uma Segunda cintura de proteção. A importância das cidades é então calculada, não mais tomando apenas como base o número dos seus carros de guerra, mas em função da sua extensão e da sua população. Os contemporâneos têm a consciência das profundas diferenças que separam a sua época da das hegemonias ou de outras ainda mais recuadas as cidades arcaicas controlavam apenas territórios muito restritos e de fraca densidade populacional. Não é necessário dizer que os princípios do governo eram, também, completamente diferentes. Os problemas de administração, de subsistência, de desbravamento dos territórios nem sequer se punham ainda ou eram resolvidos com muita facilidade.

Esses três séculos corresponderam, mais ou menos, ao período conhecido pela expressão de reinos combatentes, período cujo início foi fixado, de modo arbitrário, aquando da divisão do reino Tsin, no Chansi, em três novos reinos: o de Han, no Honan, de Wei, no sul do Chansi, e de Tchao, no norte da mesma província. Este acontecimento verificou-se em 453. Mas, para sublinhar a novidade das instituições políticas nesta época e o desenvolvimento de estruturas estatais inspiradas pelo regime dos exércitos, preferiu-se, aqui, à expressão reinos combatentes a de estados militares, e, para determinar o início deste período, adotou-se um critério menos artificial: o começo da fundição do ferro[28]. A primeira referência a esta técnica de que dispomos em fontes escritas remonta ao ano de 513, e as mais recentes descobertas arqueológicas permitiram datar do princípio do V século os primeiros espécimes de objetos fundidos. Por isso, é cerca de 500 a.C. que se pode fixar o início deste novo e último período da história da China antes do império. É certo, com efeito, que a difusão da fundição do ferro no decurso do V século tornou possível valorizar as grandes extensões cultiváveis, e que, sem esta descoberta, o extraordinário desenvolvimento econômico do mundo chinês durante os cinco últimos séculos antes da nossa era seria inconcebível. Graças à produção em grande quantidade de utensílios que serviam para o desbravamento, para a agricultura e para os grandes trabalhos de irrigação, graças à elevação dos rendimentos agrícolas,

de que são testemunho os aumentos dos impostos em cereais, a China parece ter atingido muito cedo uma densidade demográfica e um grau de riqueza que lhe deram um avanço considerável sobre os países do Ocidente durante cerca de dois milênios. A fundição do ferro aparece na China cerca de 1.600 anos antes de se tornar conhecida na Europa[29].

Mas, seja qual for a importância desta técnica, ela apenas tornou possíveis certas transformações capitais para a história da China, não as tendo suscitado por si própria.

É verdade que certas condições técnicas ou naturais favoreceram na China a concentração de bens e meios de produção. A fundição do ferro, que implicava um progresso nos sistemas de foles, porque ela não é possível sem temperaturas muito altas, era efetuada em instalações suficientemente importantes para que pudessem ser reduzidos os desperdícios de calor. Tratava-se de uma produção em massa que excluía a pequena empresa artesanal, como no caso da forja, única praticada nos países do Ocidente durante a Antigüidade e a Idade Média. As fundições são empresas do Estado, a menos que pertençam a ricos mercadores-empresários trabalhando por conta dos chefes de reino.

Observação semelhante pode fazer-se a propósito da criação de animais: a partir do momento em que a China das grandes planícies é cultivada e em que se reduzem os terrenos de pasto, os cavalos não podem ser criados senão em grandes coudelarias situadas na zona das estepes (curva dos Ordos, Mongólia, Norte do Chensi e do Kansu), a não ser que sejam trocados por tecidos e constituam, assim, objeto de um comércio oficial com as populações nômadas. Pode ver-se, por aqui, quanto as condições são diferentes das existentes na Europa medieval, região de criação de animais em pequena escala.

Do mesmo modo, os problemas de drenagem e irrigação puseram-se, na China, ao nível de regiões muito vastas independentemente dos pequenos trabalhos de irrigação, que, certamente, eram praticados localmente desde uma época muito remota e não podiam ser resolvidos pela simples iniciativa dos habitantes das aldeias. Foi por este motivo que certos historiadores chegaram à conclusão de que a irrigação esteve, em

determinadas regiões do Mundo, na origem de uma forma política particular (o despotismo oriental, Wittfogel).

De fato, se a natureza das condições técnicas favoreceram a aparição na China de uma certa forma de estatismo e, em primeiro lugar, o desenvolvimento de um pequeno grupo de grandes empresários, chefes de indústria - , é, todavia, aos fatores históricos que deve-se atribuir o principal papel.

Nas cidades da época arcaica, as oficinas dos artesãos encontravam-se numa dependência do palácio, e o artesanato livre era desconhecido. Mantendo o essencial da produção artesanal sob o controle direto ou indireto do poder político, os estados militares não introduziram qualquer inovação no sistema, limitando-se a seguir uma tradição muito antiga. E é ainda numa outra tradição que eles se inspiram quando reservam ao tesouro público os lucros da exploração dos produtos do subsolo e das zonas florestais e pantanosas. Finalmente, se a adoção de um sistema se regularização dos cursos de água e da irrigação e o controle desse sistema podem ter tido influência sobre a constituição política dos estados militares e da China imperial, também não é um fato menos histórico que foram as estruturas estatais preexistentes e a presença de uma mão-de-obra bem enquadrada, fornecida pelos exércitos, que permitiram os grandes trabalhos de irrigação.

A irrigação não constitui senão um dos aspectos da transformação do mundo chinês a partir do começo da Idade do Ferro, e nem é, talvez, o mais importante. Em todo o caso, considerado por si só ele não teria valor explicativo.

II As reformas

Do mesmo modo, é desde o VI século, numa China que se encontrava ainda mal explorada e onde, a despeito dos desbravamentos, subsistem ainda grandes extensões de floresta e terrenos pantanosos, que aparecem, em certos reinos, os primeiros sinais precursores das mudanças que vão verificar-se: reformas fiscais, leis penais escritas, começo de uma organização administrativa centralizada. Uma forma de guerra que visa à destruição do inimigo e à conquista de territórios fez com que os chineses

desta época tomassem consciência da importância dos fatores econômicos e políticos: a ordem arcaica está em contradição com este tipo de guerra, que exige a unidade do comando, o recurso à estratégia, tropas treinadas e reservas abundantes. À medida que as lutas armadas se foram tornando mais violentas, o esforço de centralização tornou-se mais necessário. Assim, o movimento de reformas, atenuado nos fins do século VI, prossegue nos séculos V e IV. Mais ou menos precoces, mais ou menos radicais, segundo os reinos, as reformas inspiram por toda a parte as mesmas preocupações: abater o poderio das grandes famílias, afirmar o poder central, aumentar os recursos em homens e cereais. Na maior parte dos reinos, circunscrições administrativas substituem pouco a pouco os antigos feudos. A rede de capitanias e prefeituras que elas englobam é alargada progressivamente, nas regiões conquistadas, onde foram instituídas em primeiro lugar, aos territórios mais antigos. E o hábito impõe que sejam nomeados para ficarem à testa dessas circunscrições funcionários pagos em cereais e revogáveis, obrigados a fornecer um relatório pormenorizado da sua gestão no fim de cada ano. É assim que no Wei, no fim do V século, a reforma atinge mesmo os mais altos personagens da administração central e dos exércitos, porque ministros e generais passam a ser ali, a partir desta época, escolhidos pelo príncipe, enquanto, tradicionalmente, essas altas funções eram reservadas aos membros das grandes famílias nobres.

Outras medidas adotadas também em Wei têm em vista o mesmo objetivo: a instituição de um conjunto coerente de penas e recompensas que permita selecionar os melhores servidores do Estado e mantê-los na obediência, a proibição geral de criticar as leis do reino, a criação de penas severas para a falsificação dos selos oficiais e dos diplomas em duas partes que serviam para reunir as tropas[30], a interdição da vingança, causa de prolongadas lutas intestinas sob o regime das famílias nobres, uma regulamentação do modo de vida visando impedir a formação de clientelas e reservar para o príncipe o privilégio do grande fausto.

O laconismo irritante dos textos apenas deixa entrever o extremo interesse que teria o conhecimento em pormenor das reformas desta época, que variam de país para país. No Han, em meados do IV século, um reformador, cujos conselhos não se sabe se foram seguidos, salientava as vantagens que o príncipe podia tirar de um segredo absoluto sobre as suas intenções e

decisões políticas, e preconizava um estrito controle dos funcionários, cujas atribuições deveriam ser rigorosamente definidas. Em Ts�i, entre 356 e 320, diversas medidas são adotadas para encorajar a agricultura e o desbravamento de novas terras. São previstas recompensas, por outro lado, para quem seja capaz de dirigir ao príncipe advertências. O antigo costume das advertências, que era, outrora, um dever dos conselheiros nobres, torna-se assim extensivo a toda a população. Em Tch�u, no princípio do IV século, é decretada a extinção de todos os privilégios nobiliários à terceira geração e famílias nobres são deportadas para regiões de fraca população. Os funcionários negligentes vêem os seus soldos ser reduzidos ou suprimidos e as economias feitas deste modo são destinadas à instrução dos soldados profissionais.

Mas é em Ts�in, nos meados do IV século, que as reformas se tornam mais coerentes e mais radicais. Elas são aplicadas de modo progressivo e, sem dúvida, segundo um plano metódico, entre 354 e 348. A nobreza local está enfraquecida, demasiado pobre para opor uma grande resistência, e tanto assim que a transformação política e social é muito mais profunda do que nos outros reinos. São instituídas 41 prefeituras, que cobrem todo o território. Todas as medidas de comprimento e peso são unificadas. São abolidos os antigos títulos e privilégios nobiliários e criados, para aqueles que se distinguem na guerra, 20

graus de nobreza militar, que davam direito a pensões no montante mais ou menos elevado. Um princípio simples e objetivo preside à outorga destes títulos: é o número de cabeças cortadas ao inimigo que constitui a prova da bravura. A produção agrícola é encorajada pela isenção da prestação de serviços concedida aos camponeses cuja produção ultrapasse uma determinada quantidade de cereais.

A vagabundagem é proibida e as deslocações de pessoas são submetidas a um controlo policial. As primeiras fichas de polícia nas estalagens fazem sua aparição nesta época. Os vagabundos ociosos são transformados em escravos do Estado. Os livros clássicos (odes, história, rituais…), que serviam de base ao ensino nas escolas, são queimados, medida que se estenderá a todo o império logo após a unificação.

Mas as reformas mais profundas consistem em acabar com as antigas comunidades dos camponeses para lhes impor uma nova forma de organização. Eles são agrupados por conjuntos de cinco e dez famílias, que constituem formações paramilitares. A estes grupos é imposto um regime de responsabilidade coletiva e de denúncia obrigatória de todos os delitos. Esta reorganização das comunidades rurais é acompanhada por uma completa modificação na disposição dos campos cultivados e pela destruição das antigas cercas. Portanto, não é apenas a um simples ajustamento relativamente a determinados pontos particulares (organização da administração e do exército) que visa a ação do legislador, mas sim a uma reforma radical da sociedade, a uma modificação dos seus hábitos próprios. Não será excessivo falar aqui de uma revolução. A obra empreendida em Ts�in em meados do IV século será interrompida por uma mudança de reinado em 338, mas prosseguirá e será levada ainda mais longe pelo fundador do império. É

aqui que reside toda a sua importância histórica. As reformas do IV século garantiram a Ts�in a sua supremacia militar e permitiram-lhe dominar toda a China, mas serão também elas a inspirar a política do primeiro imperador chinês.

As leis penais, o sistema de prêmios e recompensas, são de origem militar, o mesmo sucedendo com o tipo de organização imposto às comunidades rurais. É a dura disciplina dos exércitos que é aplicada ao conjunto dos súditos e todo o sistema de reformas é concebido de modo tal que todas as energias são dirigidas para esse objetivo único que é a conquista.

III ﷺ A guerra

A guerra surge como a causa principal das transformações políticas e sociais dos países chineses entre o V e o III séculos a.C. Mas, de modo particular, certas mudanças de técnicas guerreiras parecem ter tido pesadas conseqüências.

Sobretudo a aparição da infantaria, nos fins do VI século, e a criação dos corpos de cavalaria, no fim do IV, contam-se entre as mais notáveis.

Certos reinos periféricos deram o exemplo em matéria de organização militar: na região dos lagos e pântanos do baixo Iangtsé, impraticável para os carros, os de Wu e Yué, que foram, sem dúvida, os primeiros a possuir infantaria, e, no Chansi, o de Tsin, cujos combates nas montanhas contra populações bárbaras que lutavam a pé levaram, a partir de 540, à criação de companhias de soldados de infantaria[31]. O seu exemplo foi bem depressa seguido pelo velho país de Tcheng, no Honan oriental. Os nobres de Tsin, acostumados aos combates de carros, não aceitaram facilmente serem rebaixados ao nível indigno de peões.

Mas o caminho estava, desde então, aberto a uma transformação social que devia ter conseqüências decisivas: logo que à mistura confusa dos carros nobres, nas lutas de prestígio, se sucederam a ordem e a disciplina dos grandes exércitos de infantaria, um mundo novo nasceu. A aparição do soldado-camponês, produtor de cereais e infante, é, sem sombra de dúvida, o grande fato social e político da época dos reinos combatentes. E adivinha-se já o efeito que terá no plano do pensamento: as noções de ordem, de disciplina, de eficácia, hão de gradualmente relegar para o esquecimento a velha moral da honra.

No entanto, a transformação dos exércitos foi progressiva. Na época das hegemonias eles contavam algumas centenas de carros que eram seguidos por algumas dezenas de milhares de homens, vil peonagem fracamente armada, sem treino e sem disciplina (servos, carregadores, palafreneiros, trabalhadores…).

No fim dessa época, quando as lutas se tornaram mais intensas, o número de carros aumentou e chegou a elevar-se a vários milhares nos grandes reinos. Mas o desenvolvimento da infantaria, a partir do VI século, devia reduzir pouco a pouco a importância dos carros e particularizar o seu emprego. Ainda não tinham desaparecido completamente no III século, mas, então, já não constituíam senão um dos elementos de um exército cujo grosso das forças era formado por corpos de infantaria especializados: archeiros, lanceiros, besteiros, soldados de equipagem… A besta e as catapultas apareceram, tanto quanto parece, na segunda metade do V século. Acionada com o pé, a besta tinha um alcance e uma força muito superiores

aos do arco, porque, segundo os contemporâneos, ela atingia o inimigo a cerca de um quilômetro.

Uma nova etapa na evolução das técnicas e modos de combater teve início com a aparição da cavalaria. Também neste caso a pressão e o exemplo das populações limítrofes parece ter estado na origem das inovações. Em 307, o reino do Tchao, o mais setentrional dos três reinos em que se tinha dividido o antigo país de Tsin, criou uma cavalaria era a cópia exata da que possuíam os seus adversários nômadas da curva dos Ordos e da estepe mongol[32]. O tiro ao arco sobre um cavalo a galope, que será um exercício favorito dos cavaleiros chineses do império, e a substituição da grande túnica das classes nobres pelas calças, cujo uso deverá generalizar-se na China entre a gente do povo, datam também desta época. Com efeito, é no fim do IV século que surgem da estepe mongol os combatentes a cavalo, armados de arcos, os Hiong-nu, antepassados dos Hunos. A arte tão delicada da aparelhagem do cavalo de sela, que, entre os Indo-Europeus, remonta a cerca do ano 1.000, só muito mais tarde parece ter-se tornado conhecida na Ásia Oriental. Daí uma diferença importante entre as civilizações do Ocidente e a da China: quando a cavalaria apareceu na China, já se tinham produzido as principais transformações da sociedade. Por isso, a cavalaria nunca será um corpo nobre, mas, pelo contrário, recrutado entre os camponeses e, muitas vezes, de origem bárbara. Pode afirmar-se mais: o ofício das armas, precisamente em conseqüência da evolução social do mundo chinês entre o V e o III séculos, e devido ao esquecimento em que caíram as tradições nobiliárias da época arcaica, deve ter sido considerado no império como um ofício de rústico.

A cavalaria, consequentemente, nunca foi muito numerosa. Trata-se de um corpo de elite com funções particulares: a sua mobilidade e a sua rapidez limitam a sua utilização às incursões e ataques de surpresa. Na véspera da unificação imperial, os reinos mais poderosos não possuem mais do que 5.000 a 10.000

cavaleiros. Em relação aos carros e à cavalaria, a infantaria constitui a força essencial do exército. Os soldados de infantaria contam-se por centenas de milhares e parece, segundo os números fornecidos pelos textos, que quase

toda a população masculina em idade militar era incorporada no exército nas unidades de infantaria.

Mas, antes de o serviço militar obrigatório se ter tornado a regra, o recrutamento variou segundo os reinos e o grau de centralização política. Os bravos foram, a princípio, aliciados por meio de prêmios (em Ts�i, oito onças de ouro por cada cabeça cortada ao inimigo) ou pela promessa da isenção de impostos (em Wei). O reino de Ts�in é o primeiro a instituir, no IV século, um sistema de alistamento obrigatório para todos os súditos, dando assim um exemplo que será seguido por todas as dinastias do império chinês. Nos pontos onde, pelo contrário, subsistem os costumes nobres herdados da época das hegemonias, os grandes constituem uma milícia pessoal, e esta prática reaparecerá, no tempo do império, em todos os períodos de enfraquecimento do poder central. Os grandes chefes do exército, exercendo o papel de procônsules nas províncias afastadas e usando de demagogia, conseguirão também, nesses períodos, transformar as suas tropas numa clientela privada.

Entre o V e o III séculos a.C., os progressos técnicos, o aumento do número de combatentes e a necessidade da unificação do comando exercem influência sobre as próprias formas de guerra. As expedições afastam-se mais, duram mais, e a arte da estratégia desenvolve-se. Os exércitos já não são comandados, como antes, pelos senhores ou os seus ministros, chefes de famílias nobres, mas por especialistas na condução das tropas. Nessa guerra total a que se entregam os grandes reinos verifica-se, cada vez mais, que o resultado dos combates depende do grau de poderio de cada estado, isto é, do número e do moral dos seus habitantes, da sua organização política, da sua produção agrícola e das suas reservas de cereais. A guerra visa à destruição dos inimigos e à anexação de novos territórios. Ela transforma-se numa guerra de assédio para a conquista de cidades e posições fortificadas onde são estabelecidas guarnições permanentes.

Enquanto a sorte dos combates da época arcaica era decidida num dia ou dois, nos séculos V a III alguns cercos prolongavam-se mais de três anos. Torres, escadas rolantes, construção de elevações de terra que atingiam a altura das muralhas, minas e túneis, foles para encher de fumo os subterrâneos, faziam parte da técnica da guerra, e fortificações eram

construídas nos passos das montanhas e nas fronteiras dos estados. Mas não se esquecia que o moral dos inimigos podia ser um fator decisivo para a derrota ou a vitória e, então, recorria-se à propaganda, à espionagem e à astúcia[33].

IV – Os grandes trabalhos

A guerra exigia recursos cada vez mais abundantes e uma melhor proteção contra os ataques, mas, em compensação, os exércitos forneciam precisamente uma mão-de-obra muito numerosa e já bem enquadrada. Assim, os estados podiam empreender vastos trabalhos para aproveitamento da natureza e construção de grandes fortificações. A produção maciça de ferramentas de ferro fundido para o desbravamento, os aterros e a agricultura fornece, por seu turno, os meios técnicos necessários para a realização dessas grandes empresas.

Os reinos de Tch□u e Ts□i são os primeiros a construir muralhas defensivas nas suas fronteiras, no decurso do V século, uma no Honan, outra no sul do Chantong (muralha reconstruída ou prolongada em 350). O seu exemplo é seguido por outros reinos no século IV. É assim que Wei fortifica o vale do Lo, no norte do Chensi, em 358 e 352, e prolonga esta muralha até à curva dos Ordos, numa extensão de mais de 800 quilômetros. É assim que Tchongchan, principado bárbaro situado no nordeste do Chansi e no Hopei, bem como Tchao e Yen, constróem igualmente muralhas de menos importância, em 369, 356 e 333, para se protegerem de ataques vindos do sul. Muitas vezes, os esforços concentram-se na fortificação de diques já construídos ao longo dos cursos de água, para proteção contra as enchentes.

Em 461, Ts□in tinha fortificado deste modo os diques do rio Amarelo junto dos limites do reino de Wei, e mais tarde os diques do rio Lo, quando Wei o repeliu para ocidente, até ao vale deste rio, em 417. Nas regiões montanhosas, estes diques fortificados deram lugar a muralhas.

Tal como as muralhas das cidades, as obras de defesa construídas ao longo das fronteiras eram feitas de terra batida ou, mais raramente, de pedras. Devem ter sido dotadas de fortins e defendidas por tropas especialmente destacadas para guardar estas regiões. A aproximação do inimigo era

assinalada, de dia, por sinais de fumo, e, de noite, por fogueiras. Este dispositivo é uma prefiguração do que será o sistema de defesa do império dos Han contra as incursões dos Hiong-nu[34].

Diferentemente das muralhas que serviam para defender os reinos dos ataques dos vizinhos mais ameaçadores, outras fortificações tinham já por objetivo proteger as terras chinesas contra as incursões dos nômadas das estepes mongóis e da planície da Manchúria. Foi após campanhas que repeliram para o norte estas diversas populações que os reinos mais setentrionais construíram grandes muralhas na própria zona dos pastores nômadas. Aquela que construiu o reino de Tchao a norte da curva dos Ordos é pouco posterior à constituição de um corpo de cavaleiros naquele país, em 307 a.C. A de Yen, na planície manchu, deve ter sido construída pouco depois. Ts[?]in, por sua vez, construiu uma muralha nos seus limites setentrionais após a destruição de um grupo de guerreiros nômadas, em 270.

Parece, com base nas datas destas construções e das campanhas que as precederam, que os nômadas do norte se tornaram muito mais ameaçadores a partir do fim do IV

século. Mas, enquanto o reino de Tchao, cerca de meados do século VI, teve de se defender contra populações bárbaras que só combatiam a pé, foi, pelo contrário, com cavaleiros armados de arcos que os Chineses tiveram de se haver a partir do fim do IV século. Tais inimigos, muito mais temíveis, foram causa de grande inquietação para a dinastia dos Han.

No domínio da defesa contra os bárbaros da estepe, como em vários outros, o império nada mais fará senão completar e aperfeiçoar a obra dos estados militares: a grande muralha de Ts[?]in Che Huang-ti, o primeiro imperador chinês, que protegerá a China do Norte contra as incursões dos Hiong-nu durante as dinastias dos Ts[?]in e dos Han, foi erigida ligando entre si as muralhas já construídas pelos reinos de Yen, de Tchao e de Ts[?]in os fins do IV e princípios do III séculos. Estas muralhas, prolongadas, para o ocidente, até ao sul do Kansu, e, para leste, até ao mar, no golfo de Liaotong, formam uma linha de defesa contínua de mais de 3.000 quilômetros. Notar-se-á que estas fortificações, cujos vestígios foram encontrados pelos arqueólogos, são muito mais setentrionais do que as que

foram construídas no XV século, na época dos Ming, e das quais ainda hoje subsistem importantes traços.

A guerra exigia um aumento da produção agrícola, e isso explica por que motivo os trabalhos de drenagem e irrigação foram tão numerosos na época dos reinos combatentes. Os primeiros canais foram abertos no início do V século. O reino de Wu liga o Iangtsé ao Huai por um canal, em 486, e prolonga esta via, em 482, até aos rios do sul do Chantong. E não foi, sem dúvida, por simples coincidência que Wu foi, simultaneamente, um dos primeiros reinos a constituir um exército de infantaria e um dos primeiros a levar a cabo grandes trabalhos de irrigação. O seu exemplo é seguido por Wei, no fim do V século, que abriu um casal nos confins das atuais províncias do Honan e do Hopei. Ainda em Wei são construídos outros canais no decurso do século IV: um em 360, ligando um lago ao rio Amarelo, outro em 339, na região do atual K�aifong. No fim do III século, o reino de Ts�in faz abrir um grande canal ao norte de Wei, paralelamente a este rio, e esta empresa passa por ter dado a Ts�in um acréscimo de riqueza que lhe permite levar a cabo rapidamente a conquista de outros países chineses.

Mas os canais de irrigação estão longe de ser as únicas obras hidráulicas. As depressões são transformadas em reservatórios, são edificados diques ao longo dos rios e ribeiros perigosos pelas suas enchentes, comportas regulam o débito de certos cursos de água e rios são desviados por meio de barragens. A mais célebre destas grandes obras hidráulicas é a que foi executada no curso superior do Minkiang, grande afluente do Iangtsé no Szeutch�uan, cerca do ano 300 antes da nossa era, após a conquista da planície de Tch�engtu pelo reino de Ts�in.

Uma grande barragem permitiu desviar o curso do Minkiang para uma garganta aberta através de uma montanha. Daí resultou a prosperidade da planície de Tch�engtu, que pôde, então, ser cultivada regularmente sem receio das inundações.

Os grandes trabalhos de irrigação, que eram raros no V século, multiplicam-se nos séculos IV e III. A mesma observação pode ser feita em relação a outros domínios: o V século é uma época em que as novidades se limitam a

aparecer (moedas metálicas, muralhas de defesa, ferramentas de ferro fundido…); nos séculos IV e III, pelo contrário, essas novidades alargam-se a todos os países chineses.

V • Desenvolvimento do artesanato e do comércio O momento em que, em todos os reinos, se reforça o poder central e é constituída uma organização administrativa, é também aquele no qual, na seqüência do enriquecimento do mundo chinês, aparecem novos grupos sociais sujas atividades não servem diretamente nem a produção agrícola nem a guerra. Este fenômeno, paralelo ao da consolidação do Estado, chega a ser mesmo tão ameaçador que inquieta os dirigentes e os teóricos da tirania. É nesta época que aparece, segundo certos autores, uma distinção que continuará a inspirar os homens de Estado durante o império: a que é estabelecida entre as atividades essenciais (pen), isto é, a produção dos bens indispensáveis à vida (cereais e tecidos), e as atividades secundárias ou supérfluas (mo), quer dizer, o artesanato e o comércio livres, e também, de modo geral, todas as atividades artísticas e intelectuais.

Da aparição destes novos grupos sociais possuímos sobejas provas, mas, acima de tudo, contamos com esse indício indireto que é constituído pelo rápido desenvolvimento das aglomerações urbanas entre o IV e o III século a.C. A cidade-palácio dos tempos arcaicos e da época das hegemonias era um centro militar, político e religioso que não abrigava senão nobres, o pessoal e os artesãos ao serviço do palácio. As muralhas não tinham, geralmente, mais de 400

a 600 metros de periferia. Pelo contrário, as cidades dos séculos IV e III, que se erguiam em pontos onde têm sido efetuadas recentemente escavações, eram rodeadas por muralhas cujo comprimento atingia, por vezes, 3 quilômetros, e os textos, que confirmam estas dimensões, permitem calcular a população das maiores cidades chinesas desta época em várias dezenas de milhares de habitantes.

Muitas vezes, elas eram protegidas por uma segunda cintura de muralhas, que serviam de abrigo aos habitantes do campo em caso de guerra. A maior das cidades do séculos IV e III é, provavelmente, a capital do reino de Ts•i, no Chantong, enriquecida pelo comércio de bronze, dos tecidos, do sal e do peixe.

Certos textos atribuem-lhe uma população de 70.000 famílias, ou seja, mais de 300.000 habitantes, embora este número possa ser exagerado. Em todo o caso, é nesta cidade que a presença de uma classe urbana de artesãos livres, de pequenos mercadores e de artistas de todo o gênero mais bem documentada se encontra.

Nela, os ofícios encontram-se agrupados por bairros. Jogos e distrações desempenham um importante papel na vida dos cidadãos e a cidade é célebre por abrigar uma academia onde se defrontam moralistas e teóricos da política.

Assim, paralelamente ao enriquecimento dos estados graças à exploração das zonas florestais e pantanosas, graças às grandes empresas estatais (minas, fundições, oficinas de olaria, salinas…), assiste-se ao desenvolvimento de um artesanato e de um comércio privados, que visam apenas satisfazer os desejos de luxo de uma classe urbana em plena expansão. Na maior parte dos ofícios artesanais, a época dos estados militares é assinalada por progressos técnicos, nomeadamente na metalurgia (ligas de bronze, soldadura e incrustações), na tecelagem, nos trabalhos em madeira, na laca, na cerâmica… Também nisto os estados só tiveram a ganhar, recolhendo grandes lucros com os numerosos impostos que pesavam sobre o comércio livre (direitos múltiplos, taxas sobre as lojas, os postos de venda dos mercados, os produtos…). Esta estrutura fiscal e o desenvolvimento do comércio livre explicam a difusão da moeda na época dos reinos combatentes.

As primeiras moedas metálicas, fundidas em bronze, fazem a sua aparição, segundo os arqueólogos chineses, cerca de 500 a.C. Trata-se de peças muito pesadas, que têm a forma de lâminas de enxadas ou facas. Admite-se que estes objetos metálicos tenham servido, a princípio, como meio de trocas entre os camponeses.

No fim do IV século, Mencius refere-se à prática da troca de ferramentas de ferro por cereais, e deve notar-se que, segundo as concepções monetárias dos Chineses, a moeda metálica estava associada aos cereais e aos tecidos. Durante muito tempo, o problema monetário essencial, na época do império, foi o do equilíbrio entre a produção dos cereais e o volume da moeda. Aparecida no V

século, a moeda, no entanto, só se tornou de uso corrente a partir do IV; as peças, que então são menos pesadas e menos embaraçosas, adquirem um valor nominal. Passam a conter a indicação do local onde foram fundidas (capital de reino ou cidade importante) e do seu valor. Segundo as últimas descobertas, foi possível estabelecer uma lista de 90 locais de fundição diferentes. Quatro tipos de moedas tiveram curso na China nos séculos IV e III. As sua áreas de difusão encontram-se relativamente bem delimitadas e correspondem a quatro zonas bastante distintas, aliás, para que possamos ver nelas uma espécie de áreas culturais. São elas, a região do Chansi e seus limites, no Honan e no Hopei (país dos ⍰três Tsin⍰: Han, Wei, Tchao), onde circulam moedas que têm a forma de lâminas de enxada; os reinos do Nordeste (Yen, no Hopei, e Ts⍰i, no Chantong), onde as moedas têm a forma de facas; e vale do Wei, no Chensi (país de Ts⍰in), onde se usam peças redondas com um furo central circular, e, finalmente, a região abrangida pelo reino de Tch⍰u (médio Iangtsé e vale do Han), onde circula uma moeda de ouro sob a forma de placas contendo dezesseis pequenos quadrados com a indicação do seu valor, e onde são igualmente fundidos caurins em bronze, imitando as pequenas conchas símbolos da fecundidade dos poderes mágicos e objetos de ornamentação, cujo valor era tão apreciado na época arcaica.

Ao mesmo tempo que a moeda, uma outra instituição vem favorecer o desenvolvimento das atividades mercantis: o uso de contratos escritos, que tudo indica datar da mesma época. O princípio destes contratos, a que são dados vários nomes, é o mesmo que o dos instrumentos utilizados para a transmissão de ordens na administração dos estados. Cada parte fica na posse da metade de uma placa de madeira ou bambu cortada ao meio, e a reunião das duas metades é prova suficiente da autenticidade do documento.

Nos séculos IV e III, as condições eram já, portanto, favoráveis ao desenvolvimento de uma mentalidade comercial feita de cálculo, previsão e astúcia. As relações, muitas vezes estreitas, que uniam os chefes de reino aos grandes mercadores, aos quais é concedida a exploração de grandes empresas (minas, salinas, oficinas de fundição…), levaram-nos a acatar os seus conselhos e a adotar os seus pontos de vista. A influência da mentalidade deste pequeno grupo de ricos mercadores é sensível, com efeito, nas teorias políticas que visam o reforço do poder central. Enquanto,

durante o regime das grandes famílias nobres, o domínio dos costumes e dos ritos opunha inúmeros entraves às atividades deste pequeno grupo social, a centralização política, a uniformidade das leis e o nivelamento social constituíram condições particularmente propícias ao seu desenvolvimento.

VI – Os acontecimentos

A história militar do período dos reinos combatentes prolonga a do VI século. É

sempre a mesma sucessão confusa de batalhas, de alianças, de coligações provisórias. A tradição conta sete poderosos reinos que se encontram na liça durante essa época: os "três Tsin" (Han, Wei e Tchao), no Chansi, Ts'i, no Chantong, Ts'in, no Chensi, Tch'u, no Hupei, e Yen, no Hopei. Mas Yen, cuja capital está situada perto da atual Pequim, e Tchao, os reinos mais setentrionais, desempenham um papel relativamente apagado e, feitas as contas, em nada mais importante do que Yué, que a tradição talvez exclua da lista dos grandes reinos porque é semibárbaro. Yué, que ocupa toda a região do baixo Iangtsé após ter anexado o país de Wu, em 473, será por seu turno aniquilado pelo reino de Tch'u em 306.

Do V ao III século assiste-se à desaparição progressiva dos antigos principados do Honan e das regiões limítrofes desta província. Após terem desempenhado, durante algum tempo, um certo papel na política de equilíbrio entre as grandes potências, procurando opô-las umas contra as outras e suscitar, desse modo, a suspensão das lutas, eles serão lentamente englobados nos territórios dos grandes reinos que os rodeiam: Han, Wei, Ts'in, Ts'i e Tch'u. Destes cinco adversários, que o interesse ou perigo uniam de quando em quando, segundo a sorte da guerra ou as combinações da diplomacia, é Wei que parece o mais ativo e o mais poderoso do V século. A posição que ele ocupa no vale do Fen e as reformas políticas que foi um dos primeiros a aplicar, explicam esta supremacia relativa e provisória. Todavia, a partir de meados do século IV é um pequeno reino, até então quase isolado e atrasado, aquele cujas empresas parecem cada vez mais formidáveis aos outros países chineses: ao abrigo dos passos que separam o vale do Wei das planícies do Honan, Ts'in apresenta-se como

uma cidade inexpugnável e as grandes reformas de meados do século IV parecem ter-lhe dado um súbito vigor. A partir de 328, apodera-se do Norte da atual província do Chensi, repelindo para longe desse centro vital que é o vale do Wei os nômadas da estepe. Em 316, os seus exércitos penetram na planície de Tch�engtu e, em 312, ocupam todo o Sul do Chensi, apoderando-se também do curso superior do Han e ameaçando o velho reino de Tch�u. Mas o momento mais decisivo é, sem dúvida, aquele em que Ts�in abre as rotas do Honan, ocupando, em 308, a parte ocidental desta província. Prosseguindo na sua luta contra Wei e Han, Ts�in abre as rotas do Honan, ocupando, em 308, a parte ocidental desta província. Prosseguindo na sua luta contra Wei e Han, Ts�in dirige então os seus ataques para leste e para sul. Para fazer frente a este avanço do reino de Ts�in, concluem-se alianças, mais ou menos duradouras, entre os países do Norte e do Sul, aos quais se junta, por vezes, o de Ts�i. Contudo, é no fim do III século, principalmente, que se torna mais nítido o perigo que Ts�in representa para a independência dos outros países chineses: entre 230 e 221, no decurso de campanhas que fazem lembrar, pelo seu caráter fulgurante, a sucessão dos brilhantes êxitos napoleônicos, Ts�in fará a conquista de toda a China, desde as estepes mongóis e a planície manchu até às regiões montanhosas que se estendem a sul do Iangtsé.

Capítulo Sexto

O MOVIMENTO DAS IDÉIAS NA ÉPOCA DA FORMAÇÃO DOS

ESTADOS MILITARES

As transformações da sociedade chinesa foram a causa de uma surpreendente fermentação intelectual a partir do começo do V século. Escolas de pensamento e teorias políticas importam para a compreensão da história, porque elas traduzem, a seu modo, os conflitos da época e, pelo esforço de reflexão e aprofundamento, pelas tomadas de consciência que suscitaram, atuaram, por sua vez, sobre o desenvolvimento histórico. Não é abusivo ver no Império dos Ts�in a realização consciente e sistemática de uma teoria do estado definida na época dos reinos combatentes. E o conformismo moral instituído sob os Han nada mais faz do que retomar num novo contexto o de um império estatal as tradições abandonadas por certos chefes de escola no decurso dos séculos que precederam a unificação imperial.

O movimento das idéias confirma a evolução que a história é levada a reconhecer: cada época tem problemas que lhe são próprios e, ao inverso, causaria grande prejuízo ignorar dados da história tão preciosos para julgar o significado das teses e das controvérsias. Confundir numa visão vaga e abstrata os três séculos no decurso dos quais se completou a ruína das estruturas arcaicas e que viram a criação das clientelas, o nascimento e o estabelecimento do estado, a chegada do soldado-camponês, a aparição do mercador-empresário e do funcionário assalariado, é condenarmo-nos a confundir igualmente formas de pensamento que não têm sentido senão no seu quadro histórico.

É no contexto de uma sociedade de clientes que devem ser colocadas as primeiras escolas de pensamento chinesas. O desenvolvimento das clientelas, nascidas no VI século da decomposição da sociedade arcaica, é favorecido em todos os reinos, entre o V século e a fundação do império, pelo enriquecimento do mundo chinês.

Os nobres poderosos, os grandes ministros e os chefes de reinos mantinham uma corte de homens de armas, jograis, bufões, músicos, especialistas de esgrima, numa palavra, além de uma milícia pessoal, gente hábil em várias artes e técnicas e, entre ela, argumentadores, diplomatas e sábios. Estes

serviram-lhes, chegada a ocasião, de conselheiros e dirigiram-lhes admoestações.

Estes mestres de moral e política, se são célebres, têm, por seu turno, a sua clientela própria, formada, quase sempre, por algumas dezenas de discípulos que os seguem por toda a parte. Há mesmo casos em que esses discípulos se contam por centenas e a escola, mais ou menos organizada, toma então o aspecto de uma seita. Chefes de escola e de seita vão de reino em reino, oferecendo os seus serviços nas cortes dos príncipes ou nas casas dos grandes, acolhidos por todos aqueles que procuram encontrar sábios de exceção. O costume dá mesmo lugar ao nascimento de uma instituição: em Lintseu, a capital real de Ts�i, é fundada, na segunda metade do IV século, uma academia em que são mantidos, a expensas do príncipe, mestres de tendências diversas. Certas atitudes, certas influências recíprocas de uma escola sobre as outras terão, talvez, por origem os ensinamentos da academia de Lintseu.

I � Os homens do V século: Confúcio e Motseu

O primeiro, em data, dos chefes de escola é Confúcio (K�ongtseu). Ainda marcado pelas atitudes morais que, outrora, eram próprias da classe nobre

é um nobre, mas não da grande nobreza. Parece pertencer a um meio que se encontra à margem da alta sociedade e se limita ao pequeno grupo, muito antigo e sem dúvida muito conservador, dos assistentes do poder nobre: escribas e especialistas da adivinhação. E não teremos suficientes indícios de que assim é? Os escritos veneráveis que se transmitem nesse meio (arengas dos antigos reis, hinos religiosos e poemas da corte, manuais de adivinhação, anais do reino) têm um lugar mais importante nos seus ensinamentos do que as artes do guerreiro. O

tiro ao arco não é mais para ele, do que uma cerimônia ritual, e apenas por isso o interessa. A condução dos carros não lhe prende a atenção. E, como não se encontra envolvido nas lutas de prestígio e nos combates pelo poder, que ocupam unicamente as grandes famílias da sua época, pode arvorar-se em juiz da sua conduta em nome da tradição que defende. O declínio dos

ritos entre os grandes, o seu gosto pelo luxo e o desenvolvimento de uma mentalidade nova, em contradição com o antigo espírito de moderação, levam-no a definir o ideal do homem honesto: homem de formação mais livresca do que guerreira – já quase um "letrado" -, mas preocupado, de fato, em manter uma atitude correta, gestos e atitudes rituais. A sua moral não admite o compromisso (especialmente na delicada questão das relações entre o sábio e os poderosos), e, no entanto, ela é toda flexibilidade e ausência de rigorismo. É que ela ignora todo o a priori de todo o princípio abstrato, mas resulta de uma reflexão sobre a conduta, de uma análise sutil das mínimas variantes do comportamento: prudência, penetração psicológica, justa apreciação das circunstâncias, eis o que exige uma moral nascida do ritual e fundada sobre ele. É isso o que está na origem do encanto e do calor humano dos ensinamentos de Confúcio. Esse belo ideal de reflexão constante e de incansável cultura pessoal foi inspirado pelo espetáculo da decadência dos costumes antigos: continuar fiel às tradições não era, necessariamente, transfigurá-las?

A escola de Confúcio saiu, talvez, dos colégios onde, anteriormente, era assegurada a educação aos jovens nobres. Se Confúcio se propõe regenerar pelo ritual e pela moral a sociedade de seu tempo, é porque essa sociedade não conhecia ainda senão uma organização administrativa embrionária e porque a ordem parecia ainda poder ser mantida pelo respeito das hierarquias e dos costumes estabelecidos.

Mais tarde, pelo contrário, um chefe de escola que parece ter sido o representante dos pequenos nobres que formavam, nas expedições armadas, o corpo essencial dos combatentes (che), denunciou os vícios fundamentais dessa sociedade. O espírito de clã, os concursos de prestígio, são, para Motseu (fim do V século e primeiros anos do IV), o princípio de todos os males da sua época: a guerra entre as cidades, as lutas entre grandes famílias, as despesas sumptuárias, a miséria do povo humilde. Também ele é um moralista, mas animado por um ideal igualitário. Ao egoísmo familiar, aos costumes que são inseparáveis do regime de clientelas, ele pretende substituir um altruísmo generalizado; às práticas sumptuárias, ao monopólio das riquezas e das mulheres pelas grandes famílias, procura opor uma regulamentação uniforme das despesas e do nível de vida (e não aquele tipo de regulamentação hierarquizada que constitui o ideal da escola

confuciana), e a sua condenação geral do homicídio implica, sem dúvida, a instituição de uma justiça pública e a interdição da vingança privada. Motseu é partidário de um poder autocrático que se apoiará sobre essa classe pobre e próxima dos camponeses, que é a sua. Compreende-se por que motivo as idéias de Motseu tiveram na China, desde o fim do V século até à fundação do império, uma repercussão muito maior do que o ideal aristocrático de homem honesto pregado por Confúcio. Também a escola de Motseu toma, cedo, um aspecto de seita. Organizada, ela tem o seu regulamento e os seus chefes e é apresentada como exemplo. Os seus membros vestem-se como os camponeses e os artesãos da época e intervêm para sustar as guerras ou defender as cidades injustamente atacadas. As técnicas da defesa das cidades são ensinadas na escola e vários capítulos da obra atribuída a Motseu tratam dela pormenorizadamente.

Mas na seita são também ensinadas as regras de predicação, porque uma das atividades principais dos fiéis é fazer neófitos e convencer os poderosos da sua injustiça e da sua impiedade. Os discípulos e os herdeiros de Motseu são os primeiros a estabelecer os princípios de uma arte do discurso e é entre eles que aparecem os primeiros dialéticos.

Outras correntes deviam, no entanto, favorecer também a aparição de uma sofística chinesa nos séculos IV e III: por um lado, a antiga prática das conferências diplomáticas, pelo outro, os jogos da corte. Entre os jograis, bailarinos e bufões eram praticados certos jogos orais, tais como as adivinhas, os paradoxos, a argumentação de conclusões absurdas jogos em que se supõe, por vezes a influência de uma espécie de folclore internacional. Destas tradições combinadas parece ter nascido uma corrente de reflexão que não deixa de recordar uma orientação fundamental da filosofia grega: são problemas de lógica e física aqueles de que se ocupam os sofistas chineses. Os textos que nos dão indicações principalmente sobre esta filosofia encontram-se, infelizmente, muito danificados e permitem apenas entrever o gênero de questões que se punham aos sofistas e herdeiros de Motseu[35]. Em todo o caso, os contemporâneos não atribuíram qualquer interesse a estas pesquisas e, numa época em que a crise moral se fazia sentir tão profundamente, em que os problemas práticos da administração e da guerra requeriam toda a atenção, elas foram

encaradas como um jogo inútil, pernicioso para os ritos, a correção da linguagem e a consolidação do Estado.

II ◆ Os partidários do individualismo e da anarquia Com efeito, é principalmente em relação a esta forma de poder estatal, constituído sob a pressão das necessidades militares e econômicas, que se definem, nos séculos IV e III, as diferentes escolas de pensamento, quer elas rejeitem inteiramente a tirania, quer pretendam o seu estabelecimento definitivo ou procurem atenuar o seu rigor.

Certas tendências anti-sociais e anarquistas surgem na época dos reinos combatentes e continuarão a alimentar, durante o império, uma das correntes mais originais e mais vivas do pensamento chinês. A ◆escola◆ taoísta, que conta um escritor de gênio, Tchuangtseu, constitui a principal destas tendências, mas pode admitir-se a existência de uma corrente mais vasta que a transcende. A condenação do luxo, dos artifícios, das técnicas e das instituições é comum a todo um conjunto de chefes de escola que se aparentam, de perto ou de longe, com os taoístas. A insistência é posta ora sobre uma ora sobre outra regra de vida: um propõe que não se responda às afrontas, vendo nesse comportamento o meio universal da paz entre os homens; outro preconiza a indiferença, o deixar andar e um egoísmo pessoal; outro, ainda, louva os benefícios do governo individual e pretende que cada um produza, por si próprio, tudo aquilo que necessita para sobreviver. Todos pregam um ideal de frugalidade e autonomia e pensam, sem dúvida, no vivo exemplo que lhes é dado pelas pequenas e mais isoladas comunidades rurais.

Para os taoístas, os tempos obscuros em que os homens ignoravam todos os requintes da civilização tinham sido a Idade do Ouro: cada progresso técnico, cada instituição nova constituíra mais um passo para a escravidão do homem e para a degradação das suas virtudes naturais. E o mesmo gosto do primordial e do indistinto pode ser encontrado entre eles no domínio das noções: os taoístas gostam de efetuar, à imitação dos sofistas, a resolução das antinomias. Todas as distinções são artificiais. Grande e pequeno, vida e morte, não têm sentido senão em oposição um ao outro, mas, de modo absoluto, equivalem-se. Tudo está em tudo.

A rejeição de todo o uso da razão, a recusa da vida em sociedade e das suas limitações, o encerramento em si próprio, são levados ao extremo entre os taoístas. Mas não deverá ver-se em tal atitude uma sã reação contra a tirania?

Se, apesar do desenvolvimento da reflexão moral e do pensamento racional entre os séculos V e III, certas correntes vindas de um passado mais longínquo não se perderam por completo, isso deve-se particularmente aos taoístas. Enquanto a representação de uma ordem cósmica, que serve de modelo à conduta humana, e a idéia da eficácia universal dos ritos constituem o fundo do pensamento dos moralistas, das tradições próprias ao meio dos adivinhos, especialistas do yin e do yang, aos feiticeiros que fazem chover, toda uma herança de crenças e técnicas mágico-religiosas (entre outras, a prática de regular a respiração, a concentração mental, a dialética santificante) é transmitida no decurso dos três séculos que vêem surgir tantos pensadores originais. E esta corrente de superstições contém em si numerosos conhecimentos empíricos e precoces que o historiador das ciências acaba por descobrir com autêntica estupefação[36].

Ver-se-ão ressurgir em força as tradições da época dos Han, quando o grande problema da ordem social e política parece já resolvido.

III Os teóricos do Estado

Em oposição aos taoístas e a todos os que com eles se aparentam situam-se, nos séculos IV e III, os teóricos realistas e clarividentes do Estado.

Visto o interesse, princípio da desordem, se ter tornado a razão de toda a conduta e dado que só o castigo podia pôr freio ao desencadear das paixões, é sobre o interesse e o medo não sobre uma moral cuja impotência é demonstrada a todo o momento que a ordem nova deve ser fundada. Um sistema judicioso de castigos e recompensas, que se funda sobre o lucro, a vaidade dos títulos, o medo dos suplícios, deve servir, em primeiro lugar, para preservar o Estado da ruína, e, em seguida, para garantir a sua supremacia militar. Mas tudo tem de ser relatado ao príncipe, pois, se este delega em terceiros parte dos seus poderes, as clientelas renascerão e a desordem voltará de novo. Públicas, conhecidas por toda a gente, penas e recompensas constituem um meio objetivo e imparcial de governar, do

mesmo modo que esses instrumentos de prova e transmissão de ordens que são os selos oficiais, os documentos em duas partes, os balanços de contas, os relatórios de gestão escritos, tudo aquilo, em suma, que permite o controlo eficiente dos funcionários civis e militares e é suficiente para garantir a rigorosa execução das ordens do príncipe. A boa fé, a dedicação, a lealdade são supérfluas. A questão da escolha dos homens, que ainda parecia tão grave a Motseu e que continua a preocupar os moralistas, não é senão um falso problema. A velha noção do governo dos melhores, que exigia nobreza e valor individual virtudes reveladas por provas e por sinais sobrenaturais é rejeitada: o funcionário do Estado novo é um homem substituível, de capacidade média e cuja conduta é necessariamente guiada, como a de todos os súditos, por um conjunto de disposições legais baseadas sobre os sentimentos mais elementares de uma psicologia comum (o desejo de riqueza e promoção social, o medo do castigo).

Mas por que esta confiança, entre os legistas, nos modos de prova objetivos e no recurso à escrita? É que estes procedimentos deram já as suas provas, não só na administração de certos reinos, como, igualmente, no grande comércio e nas grandes empresas (minas, fundições, salinas, grandes oficinas artesanais…).

Uma mentalidade nova nasce no pequeno grupo de ricos mercadores-empresários acostumados aos cálculos, à utilização da moeda e dos contratos, guiados pelo gosto do lucro, pelo desejo do luxo, tirando partido dessa psicologia simplista, mas eficaz, que lhes ensinou a experiência do tráfico comercial. Eles estão em relações com os chefes de reino, porque é para eles, muitas vezes, que administram as empresas de cujos lucros participam. E os seus interesses coincidem com os interesses do príncipe: também eles têm toda a vantagem na centralização política, na uniformidade da legislação e das medidas, na desaparição das clientelas e privilégios. Alguns servem de conselheiros dos príncipes, como Fan Li, o ministro do rei de Yué, que, cerca do ano 500, foi um dos primeiros a preconizar o enriquecimento do Estado e o reforço dos exércitos, como Pai Kuei, que foi, simultaneamente, mercador-empresário e engenheiro hidrógrafo, e serviu o príncipe Huei, de Wei, como ministro, ou, ainda, como Lu Pu-wei, mercador, filho de mercador, que foi conselheiro do príncipe de Ts in em meados do III século.

É um pensamento positivo e racional o que reina entre estes homens. Mas a sua aplicação é limitada, porque o sucesso em matéria de empresas comerciais não pode desenrolar-se com um perfeito determinismo do cálculo e da reflexão. A oportunidade, a astúcia, a intuição, desempenham nele um papel importante. Do mesmo modo, o governo dos homens também não pode ser uma coisa inteiramente racional. É notório que, entre aqueles a quem é dada a designação de legistas, estas noções de oportunidade, de astúcia, de segredo, ocupem, por vezes, um lugar mais relevante do que os procedimentos mais positivos (publicidade das leis, sistema de castigos e recompensas, práticas administrativas). Os laços existentes entre o pensamento dos legistas e a mentalidade dos primeiros chefes de empresa aparecem com evidência a partir do momento em que se faz esta observação.

A lei, tal como a concebiam os legistas, não tem, portanto, aquele caráter abstrato e geral que nos sentiríamos tentados a atribuir-lhe. Ela não é uma convenção estabelecida entre os homens para garantir a ordem, mas também não é um simples procedimento de repressão da parte das elites. O seu objetivo está mais distante: aquilo que visam os legistas, ao instituírem um sistema de castigos e recompensas, é uma ordem cujo funcionamento seja automático e que, finalmente, nada deva ao artifício. A lei tem por fim acostumar os súditos a novos comportamentos, porque os comportamentos tradicionais se tornaram a causa principal da desordem e porque uma reforma dos costumes parece indispensável. A lei, portanto, deve ter, a longo prazo, uma função educativa. O Estado ideal para os legistas, como para os moralistas herdeiros de Confúcio, é aquele em que nem mesmo se tornará necessária a aplicação das penas.

IV Moral e sociologia

Observamos já que os problemas da lógica e da física, que tanto preocuparam os filósofos do Ocidente, não interessaram os pensadores chineses da época dos reinos combatentes. Tais problemas serviam apenas para entreter ociosos num momento em que, nos países chineses, todos se interrogavam com angústia sobre a maneira de restabelecer a ordem e a paz no Mundo. São os problemas do governo, é o homem como ser social, que

preocupam a maior parte das escolas de pensamento desta época. E não se trata apenas de especulação desinteressada.

O vigor de pensamento que se descobre nos legistas, em obras que fazem lembrar, pelo seu espírito realista, o Príncipe, de Maquiavel, podemos encontrá-lo num moralista do III século. Siuntseu, que podemos situar entre 300 a 230 a.C., é juntamente com o legista Han Fei-tseu, o pensador mais profundo desta época.

Também ele não alimenta ilusões quanto ao homem e não faz qualquer caso das forças sobrenaturais e do destino. O homem não pode contar senão consigo próprio. Mas, em compensação, ele é o senhor do seu destino: ÀAquele que gasta pouco e trabalha com energia, o Céu não o pode tornar pobre. O Céu, que quer dizer? Não se trata daquele poder divino que, para Motseu e para a gente do povo do tempo de Siuntseu, fazia descer sobre os homens, segundo os seus atos, a felicidade e as calamidades, mas da própria Natureza, na sua ordem e na sua regularidade, que se manifestam na marcha do céu e na sucessão invariável das estações. Mesmo os fenômenos anormais, que são objeto de tantas crenças supersticiosas, devem ser, segundo Siuntseu, integrados na norma: calamidades naturais, eclipses e prodígios de toda a natureza são, com efeito, produtos de todos os tempos e remontam a um distante passado. Se parecem anormais, isso deve-se simplesmente ao fato de serem resultantes de ciclos mais longos do que aqueles que são observáveis no decurso de uma vida humana.

Esta vontade de negar todos os fatores irracionais de explicação (a sorte, o destino, as forças religiosas) e de não fazer depender a conduta dos homens senão da razão traduz o espírito de uma época: a prova estava feita, no tempo e Siuntseu, da eficácia de um esforço disciplinado nos exércitos e nos estados.

Eis porque, sem dúvida, Siuntseu soube penetrar a origem social e moral, e porque foi ele o primeiro dos sociólogos.

A ordem natural corresponde a uma ordem social: as necessidades da vida em comum e da divisão do trabalho criaram e mantêm essa ordem. Todavia, apetites e paixões nascem das perturbações, das lutas e dos crimes. A natureza humana tem, portanto, de ser corrigida pela educação, os instintos

devem ser refreados pelas instituições. Ritos e deveres dão à sociedade a sua coesão e permitem uma divisão das honras entre os homens. É graças a isso que cada um tem o quinhão (fen) que lhe cabe. Em definitivo, as leis, só por si, são insuficientes para fazer reinar a paz entre os homens. Porque se conservam exteriores aos espíritos, elas não podem ter senão um papel subalterno. Mais eficazes são o domínio de nós próprios e os hábitos adquiridos pela educação. Mais importante, igualmente, é a divisão das tarefas e das ocupações que fazem do conjunto da sociedade um todo orgânico.

Esta primazia concedida à moral, ao constrangimento insensível do ambiente, constitui, sem dúvida, uma das tendências mais características do pensamento chinês. Os Chineses atribuíram pouca importância às condições e às regras objetivas. Os contratos e a boa fé, as leis e a moral são antinômicos. O

fundamento de tudo são as disposições íntimas. O verdadeiro valor começa pela sinceridade, atitude quase religiosa e cujo próprio princípio é religioso: os deuses não aceitam as oferendas quando as intenções não são puras. E, como dizia Motseu, ﷺuma virtude que não tem o seu princípio no coração não é duradouraﷺ.

A despeito das diferenças profundas que os opõem, legistas e herdeiros de Confúcio são unânimes em afirmar a necessidade de uma ordem estável cuja conservação, senão a própria instituição, nada deva ao artifício e às convenções. O império chinês, após a dinastia efêmera dos Tsﷺin, será obra comum de administradores de inspiração legista e de moralistas sociólogos à maneira de Siuntseu

Capítulo Sétimo

O IMPÈRIO

Aquilo que, até aqui, se referiu quanto à história da unificação imperial foi a rápida sucessão de campanhas vitoriosas que permitiram ao Estado dos Tsﷺin conquistar e anexar o conjunto dos outros países chineses, e também o gênio estratégico e o sentido de organização de que deu provas este reino,

ainda tão fraco e tão atrasado no início do ainda tão fraco e tão atrasado no início do IV

século. Mas, com efeito, como a história se vai tornando mais clara à medida que as escavações vão enriquecendo o nosso conhecimento da época dos reinos combatentes, a formação do império chinês não foi senão o resultado lógico da lenta maturação que se verificou ao longo dos três séculos que a precederam.

As guerras do século V opuseram países que eram ainda profundamente originais e que se tinham constituído lentamente em redor de pequenas cidades, fundadas na época dos Chang e dos Tcheu ocidentais, a razoável distância do núcleo primitivo na grande planície. A hostilidade de fato é, então, reforçada por rivalidades culturais. E, embora seja claro a nossos olhos que os países em luta participavam todos da mesma civilização, esse parentesco não era apercebido pelos contemporâneos. Pelo contrário, na seqüência das numerosas misturas de populações, a que deram lugar os combates incessantes e encarniçados dos séculos V, IV e III, após trocas de reféns, capturas de prisioneiros, influências técnicas, imitações voluntárias ou inconscientes, é que a guerra devia acabar por produzir, pouco a pouco, as diferenças e particularismos regionais e criar uma verdadeira comunidade de cultura. As recentes descobertas arqueológicas forneceram a prova da lenta formação desta unidade moral e técnica do mundo chinês. Se ele não se tinha ainda realizado, do ponto de vista político, em meados do III século, a verdade é que a unificação da China estava já consumada nos espíritos e nos costumes.

I ◆ A conquista

Dois fatos históricos estão na origem do poderio do país do Ts◆in. Em primeiro lugar, a conquista da bacia Vermelha, a fértil planície de Tch◆engtu, no Szeutch◆uan, em 316, e os grandes trabalhos de irrigação que ali tiveram lugar cerca de 300 a.C., em seguida, principalmente, a construção do canal de 150

quilômetros que ligou o curso do King ao troço do Lo, paralelamente ao vale do Wei, e que permitiu aumentar o rendimento de vastas superfícies cultivadas.

As preocupações econômicas do Estado de Ts�in manifestam-se, igualmente, numa prática que parece ter sido bastante corrente em certos reinos no fim do IV e durante o III século, mas à qual, sem dúvida, Ts�in recorreu mais largamente: para equilibrar a produção de cereais e a densidade demográfica, esses reinos procederam a transferências de populações. Assim, entre 239 e 235 várias transferências deste gênero se realizaram em Ts�in, e, para povoar a região da capital, a atual Hienyang, na margem esquerda do Wei, 120.000 famílias da nobreza foram para ali deslocadas.

Mas é, sobretudo, à sua organização administrativa e militar, muito superior à dos outros reinos, que o país de Ts�in deve o seu enorme poderio nos alvores da unificação imperial. As radicais reformas de Kongsuen Yang, senhor de Chang, em meados do IV século, fizeram de um dos reinos mais retardatários do mundo chinês um verdadeiro estado. Finalmente, durante o reinado do último príncipe de Ts�in, fundador da unidade imperial, as medidas tomadas pelo reformador Li Szeu (280?-208) acabaram por consolidar a obra de Kongsuen Yang.

Aquele que devia tornar-se o primeiro imperador da China, Che Kuang-ti, ou melhor, segundo o título que lhe é atribuído, Huang-ti[37], o augusto soberano, sobe ao poder em Ts�in com 22 anos, em 238 antes da nossa era. No decurso dos dezessete anos seguintes submeterá ao seu poder todos os restantes países chineses. O espírito quase demoníaco que inspira as medidas tomadas para garantir a Ts�in a sua supremacia militar ressalta da sua simples exposição: trata-se de um vasto plano de espionagem e corrupção, no qual a despesa necessária para comprar a consciência dos ministros e generais dos estados rivais é objeto de uma estimativa global. Onde o interesse do lucro não surte efeito, recorre-se ao assassínio. E quando a traição foi conseguida, quando os defensores mais leais desapareceram, os exércitos de Ts�in entram em campanha.

É assim que Han é destruído em 230, Tchao em 228, Wei em 225, Tch�u em 223, e, finalmente, Ts�i, o único adversário temível que ainda resta, em 221.

II ⁄ A unificação da China

Uma vez terminada a conquista de todos os países chineses, Ts�in empreende a obra gigantesca da unificação política e administrativa do seu vasto domínio, e as medidas destinadas a criar o império são ainda mais radicais e duras do que aquelas que tinham sido adotadas em Ts�in em meados do século IV.

Todo o território dos antigos reinos é coberto por circunscrições administrativas e militares, em número de 36 . Os feudos são definitivamente suprimidos, porque "todas as guerras e todas as infelicidades do mundo vêm da existência de marqueses e príncipes", e as dinastias posteriores irão novamente verificar, à sua própria custa, a verdade deste adágio. As unidades de medida usadas em Ts�in desde as reformas do século IV são impostas a todo o território do império[38]. A China passa a conhecer apenas uma moeda, a sapeca de cobre, um único tipo de escrita, um só código de leis penais e administrativas, o mesmo comprimento de eixo para todas as carroças. A partir de 220, para assegurar o seu domínio nas regiões mais afastadas, Ts�in dá início à construção de uma rede de grandes estradas, com a largura de sete metros e meio e ladeadas por árvores.

Ao mesmo tempo, para que a administração imperial não encontre qualquer obstáculo e para que nenhuma rebelião possa encontrar apoio, todas as fortificações que subsistiam da época anterior são deitadas abaixo: muralhas das cidades, obras de defesa nos passos das montanhas, muralhas construídas por certos reinos ao longo das suas fronteiras, para se defenderem dos ataques dos vizinhos.

O sistema de grupos de famílias, coletivamente responsáveis, é estendido a todo o território e subsistirá até ao início do império dos Han. O regime penal, no seu conjunto, torna-se mais severo e mais cruel.

Não é apenas uma ordem política, reforçada pelo controlo policial, o que Ts�in pretende impor ao mundo chinês: é um verdadeiro conformismo moral. O

puritanismo mais rígido deve reinar em toda a parte e a conduta das mulheres é submetida a leis particularmente severas. As viúvas com filhos

não são autorizadas a voltar a casar. O adúltero surpreendido em flagrante pode ser morto sem que o seu assassino sofra qualquer perseguição[39].

As artes e as letras são, para Ts�in, objeto de execração. As obras clássicas que serviam para o ensino nas escolas, todos os livros que representavam um �saber privado� e que �desacreditam o presente em proveito do passado�, são destruídos, e apenas são conservados os que tratam de medicina, de farmácia, de adivinhação por meio de tartarugas e hastes de aquilégia, de agricultura e arboricultura. Dá-se, então, a famosa queima dos livros de 213, cujos efeitos parecem ter sido menos graves do que afirma a tradição ortodoxa. Os letrados confucianos são perseguidos e, na medida do possível, exterminados. São proibidas todas as críticas, todas as discussões. A uniformidade de pensamento deve reinar em todos os pontos: �Que as gentes tenham por único estudo as leis do império e por únicos mestres os funcionários nomeados por ele.�.

O artesanato e o comércio livres não podem ser exercidos neste mundo novo. Os grandes mercadores-empresários que, antes da unificação dos países chineses, viam um entrave às suas atividades na subsistência das estruturas feudais, que só tinham a ganhar com a centralização política e que, por vezes, foram os seus inspiradores, foram também as primeiras vítimas do poder imperial. A prioridade dada à produção agrícola foi acompanhada pela repressão de todas as atividades mercantis e por uma concentração dos grandes lucros comerciais nas mãos do Estado. Os ricos mercadores, possuidores de oficinas para a fundição do ferro, são deportados para o Sul do Chensi e para o Szeutch�uan, e, segundo os textos, 200.000 famílias de pequenos e grandes comerciantes foram transferidas para o país de Chu e para a região de Nanyang, a sul da atual Loyang, onde, certamente, tiveram de se entregar ao trabalho do campo.

III – A queda do império dos Ts�in

Esta forma de estado absoluto, inspirada pelo espírito de sistema, insensível às aspirações familiares, e que não admitia nem os ócios nem as artes, não devia durar. O seu desmoronamento verificou-se nos poucos anos que se seguiram à morte do seu fundador, em 210. O país de Ts�in, que até então fora sempre um país pobre e atrasado[40], estava acostumado, de longa

data, à vida frugal e laboriosa a que os seus príncipes o submeteram a partir das reformas de meados do século IV. Mas os outros países chineses, mais evoluídos, não podiam suportar um jugo tão duro. As suas tradições culturais e sociais tinham-se conservado a despeito das transformações políticas. A derrota precipitara-os num regime de servidão e austeridade. Além disso, os grandes trabalhos de defesa empreendidos pelo império na zona das estepes, onde a ameaça dos Hiongnu mais se fazia sentir, a construção de grandes estradas e estações de posta, as despesas sumptuárias da capital, onde Che Huang-ti fez construir um enorme palácio, que não conseguiu ver acabado, e onde fez igualmente construir, segundo os seus planos rigorosos, os palácios dos príncipes de todos os reinos conquistados, bem como o túmulo colossal e luxuoso em que devia ser sepultado, e que foi escavado no interior de uma montanha de forma cônica, todas essas empresas gigantescas e as campanhas levadas a cabo para estender o domínio imperial até ao extremo sul e para o proteger do lado das estepes acabaram por multiplicar a miséria e os sofrimentos. O descontentamento geral fez soçobrar o império dos Ts�in na anarquia.

Quando, em 206 a.C., os Han sucederam aos Ts�in, assiste-se a um regresso progressivo ao passado, à renovação das clientelas e a um renascimento das tradições anteriores à unificação imperial. Mas assiste-se, também, ao aparecimento de um novo personagem que será, ao mesmo tempo, o administrador legista e o homem de bem, tal como os haviam concebido os moralistas herdeiros de Confúcio o letrado-funcionário. Contudo, a organização administrativa do mundo chinês e a sua infra-estrutura estatal estavam estabelecidas de uma vez para sempre, ficando como uma aquisição definitiva. Dinastia efêmera, Ts�in soube, no entanto, forjar a unidade chinesa e fazer da China um dos maiores impérios da História. Ela lhe deu igualmente o seu nome, porque é geralmente admitido ter a China sido conhecida pela primeira vez no Ocidente com aquele nome, devido às sedas provenientes do império Ts�in.

Sem dúvida que a evolução do mundo chinês estava longe de ter acabado aquando da morte do primeiro imperador e da fundação do império dos Han. A China conhecerá ainda, sob as dinastias imperiais, invasões de culturas estrangeiras vindas dos oásis da Ásia Central. Será conquistada várias vezes, em parte ou na totalidade, pelos nômadas da estepe mongol e

da planície manchu. Entre os séculos IV e IX, o budismo transformará profundamente o seu gênio, e o desenvolvimento das regiões do curso inferior do Iangtsé, a partir do século XI, dar-lhe-á uma nova vitalidade. Mas é numa determinada perspectiva aberta desde o início do império, que essas mudanças terão lugar. Este vasto império agrícola forma um mundo cuja estabilidade é notável, a despeito das guerras, das incursões e das revoltas. Ele sobreviverá aos grandes perigos que lhe farão correr o açambarcamento das terras pelos ricos e as invasões dos Bárbaros.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

As obras em chinês e japonês foram excluídas da presente lista que, por isso, é bastante incompleta. Em particular, os inventários em chinês das descobertas arqueológicas muito importantes que foram feitas desde o advento da República Popular da China estão dela presentes. No entanto, a inclusão das obras mais recentes de Chen Te-kun constitui, em certa medida, uma compensação.

Aspects de la Chine (Langue, histoire, religions, philosofie, littérature, arts), publicada sob a direção de Paul Demiéville, 3 vols., Paris, 1959.

J.G. Anderson, Children or the Yellow Earth, Londres, 1934.

_____ , Researches into the Prehistory of the Chinese, in Bulletin of the Museum of Far Eastearn Antiquities, vol XV, Estocolmo, 1943.

D. Bodde, Chinas first Unifier, Leiden, 1938.

Cheng Te-kun, Prehistoric China, Archaeology in China, vol. I, Cambridge, 1959.

_____, Shang China, Archaeology in China, vol. II, Cambridge, 1960.

_____, Chou China, Archaeology in China, vol. III, Cambridge, 1963.

Chang Kwang-chih, The Archaeology in Ancient China, New Haven, Yale Un., 1963.

H.G. Greel, La naissance de la Chine, Paris, 1937.

W. Eberhard, Lokalkulturen im alten China, Leiden, 1942.

M. Granet, La civilization chinoise, Paris, 1929.

_____, La pensée chinoise, Paris, 1930.

Su Cho-Yun, Ancient China in transition, Stanford, 1965.

Li Chi, The beginnings of Chinese Civilization, Seattle, 1957.

H. Maspero, La Chine antique, reed., Paris, 1955.

_____, Contribuition à l'étude de la societé chinoise à la fin des Chang et au début des Tcheu, in Bulletin de l'École française d'Extreme-Orient, XLVI, 2, Saigão, 1954.

P. Teilhard de Chardin e Pei Wen-chung, Le néolithique en Chine, Pequim, 1944.

A. Waley, Trois courants de la pensée chinoise antique, Paris, 1949.

R.L. Walker, The multi-state System or Ancient China, Stanford, 1953.

W. Watson, China before the Han Dynasty, Londres, 1961.

Ficha técnica:

O presente texto é uma versão produzida com base na tradução do livro "China Antiga" escrito pelo Prof. Jacques Gernet. Lisboa: Bap, 1970.

Os livros da Editora Shu são reproduções de textos e artigos já esgotados ou de domínio público. Sua distribuição é inteiramente gratuita. Caso haja reprodução ilegal desta obra fora de nossa página, ou cobrança pelo seu acesso, por favor, entre em contato conosco. editaru@bol.com.br

[1] No total, 128 de época Chang tinham já sido descobertas em 1959.

[2] Ver Georges Condominas, Nous avons mangé la forêt, Paris, 1957.

[3] Cf. H.Maspero,

[4] Adotamos aqui as teses de Chang Kwangchih, Chinese Prehistory in Pacific Perspective, in Harvard Journal of Asiatic Studies, XXII, Dez. 1959, pp.100-149.

[5] O argumento de H.Maspero (La Chine Antique, p.39), segundo o qual os 30 reis Chang não puderam reinar mais de 450 anos, porque "uma média de 15 anos por reinado é superior àquela de todas as dinastias históricas chinesas", não parece convincente. Os dez reinados da dinastia manchu têm, com efeito, só eles, 268

anos. Não se compreende então porque os reinados de 30 soberanos Chang não possam corresponder a um período de cerca de seis séculos.

[6] Sobre as relações entre a China dos Chang e as outras civilizações da Ásia, cf. Li Chi, The Begining of Chinese Civilization, Seattle, 1957.

[7] Cf. A. Leroi-Gourhan, Bestiaire du bronze chinois du style Tcheou, Paris, 1936.

[8] M. Granet, Danses et legéndes de la Chine ancienne, reed. Presses Universitaires de France, Paris, 1959, t.I., p. 53.

[9] M. Granet, Danses et legéndes de la Chine ancienne, já citada.

[10] É possível que algumas destas populações tenham sido constituídas pelos antepassados de grupos étnicos que se tornaram conhecidos mais tarde na história do Extremo Oriente " Tailandeses, Tibetanos, Turco-Mongóis, Anamitas. Mas haverá necessidade de acrescentar que o problema das raças não se põe? As misturas de sangue foram em todos os tempos demasiado numerosas para que nos seja permitido empregar este termo e, sobretudo, as particularidades fisiológicas contam tão pouco relativamente às realidades culturais que são, praticamente, insignificantes.

[11] Provavelmente, não foi senão a partir dos Tcheu ocidentais que os reis e os chefes das cidades começaram a fazer ofertas de terras aos seus altos funcionários e barões. Mas, mesmo então, era somente o direito de receberem uma parte dos produtos agrícolas que lhes era concedido e, sem dúvida, seria abusivo falar, quanto a esta época, em ﷺpropriedade de bens de raizﷺ. No sentido inverso, ver H. Maspero, ﷺLes regimes fonciers en Chine, des origines aux tempes modernesﷺ, in Estudes historiques, Musée Guimet, Paris, 1950.

[12] Ver M. Granet, Fêtes et chanson anciennes de la Chine, Paris, 1919.

[13] Duas estações de tipo Chang ﷺ senão mesmo da época Chang ﷺ foram descobertas a sul do lago Tongtﷺing, no Hunan, e a sul do lago Pﷺoyang, no Kiangsi.

[14] Um sistema de correspondência entre pontos cardeais, cores fundamentais (verde, encarnado, branco, preto e amarelo), sabores, estações, animais, foi elaborado pelos ritualistas sem dúvida a partir da época arcaica, embora os seus elementos essenciais devam ser mais antigos. Em particular, a representação do mundo em cinco setores orientados (Centro, Este, Sul, Oeste, Norte) remonta, provavelmente, às origens.

[15] O pessoal do qual devem ter derivado os nomes usados no ritual Yi-li e no principal comentário aos Anais do País d eLeu, o Tse Tchuan, corresponde com muita exatidão ao das inscrições em bronze da época dos Tcheu. Foi estudado por H. Maspero, cf. Chine Antique, pp.59-80, e em ﷺContribuition à lﷺÉtude de la Societé Chinoiseﷺ, in B.E.F.E.O., XLVI, 2, 1954.

[16] Sobre as histórias das armas na China ver Max Loehr, ﷺChinese bronze age weaponsﷺ, Ann Arbor, 1956, e Tcheu Wei, Tchongkuo pinghﷺi chekao, Pequim, 1957.

[17] Encontram-se, nas recentes escavações, vestígios de carros datando todos de períodos posteriores aos Chang e até à época dos reinos combatentes e conhece-se também a evolução do carro chinês. A roda, cujo diâmetro atinge de 1,30m a 1,40m, comporta 18 raios no tempo dos Chang,

21 ou 22 no dos Tcheu ocidentais, 25 na época Tch�uen-ts�ieu (VII-VI século), 26 na época dos reinos combatentes.

O eixo varia entre 1,80m a 2,30m, e o varal, munido de jugo de 1,40m, vai-se tornando mais curto com o rodar dos tempos: com um comprimento de 3m na época arcaica, não mede mais de 2m cerca da época dos reinos combatentes.

[18] As oferendas são apresentadas aos deuses com as duas mãos viradas para o alto. Assim, as viandas como os recipientes cheios de cereais. Este gesto ritual aparece com muita freqüência nos caracteres da escrita da época dos Chang e dos Tcheu. Outros sinais gráficos atestam a prática de libações. Álcool, contido em vasos usados especialmente neste rito, é derramado na terra.

[19] É muito provável que esta técnica adivinhatória tenha desempenhado um importante papel no desenvolvimento da escrita na China.

Recordemos que a escrita chinesa é de origem pictográfica. Certos bronzes Chang apresentam marcas em forma de desenhos que correspondem, sem dúvida, ao estádio mais primitivo desta escrita. Mas ela evoluiu com muita rapidez num sentido ideográfico. Nos séculos XIV-XI apresenta-se já bastante estilizada e abunda em formações abstratas (sinais opostos ou virados ao contrário, traços assinalando determinada parte de um signo, representações de gestos humanos) e, sobretudo, em caracteres constituídos por uma combinação de signos mais simples.

As particularidades da língua chinesa explicam, talvez, a formação e a conservação desse sistema tão complexo de escrita: os monossílabos muito ricos em fonemas, que parecem Ter constituído, desde a época arcaica, elementos lingüísticos autônomos, não permitiam uma decomposição dos sons da linguagem, tanto assim que a escrita chinesa não pôde enveredar pelo caminho da notação silábica e, a fortiori, pelo da notação alfabética. Um sinal de escrita não podia, geralmente, corresponder senão a um monossílabo e a uma única unidade lingüística.

[20] Os túmulos da época dos Tcheu ocidentais apenas continham um pequeno número de pessoas sacrificadas com o morto (duas a quatro, na

maior parte das vezes), e, na época dos reinos combatentes ainda menos se recorria a essa prática. De 3000 túmulos dessa época que foram descobertos recentemente, só em menos de uma dezena foram encontrados restos de vítimas humanas, de uma a quatro por sepultura.

[21] Seria do maior interesse pôr em relevo, nas inscrições, nas representações figuradas, nos balanços das escavações, todos os testemunhos conhecidos sobre a história da fauna na China antiga. Tal trabalho, infelizmente, não foi ainda empreendido.

[22] Sobre a importância provável da criação de ovinos na China arcaica, cf. J.

Gernet, ﷺComportements et genres de vie en Chine archaiqueﷺ, Annales, E.S.C., 7º

ano, nº 1, Janeiro-Março, 1952.

[23] Pode encontrar-se uma excelente exposição sobre este tipo de guerra em Marcel Granet, La civilization chinoise, pp.305-334.

[24] Cf. Sh. Kaizuka in Sekai no rekishi, t. III, pp.46-47.

[25] A literatura chinesa deve também ao país de Tchﷺu uma das suas mais belas tradições poéticas. Trata-se de um conjunto de longos poemas, de gênero elegíaco, na origem dos quais quis ver-se uma inspiração xamanística e que tem o nome de Tchﷺu-tsﷺeu.

[26] Uma ótima exposição dos fatos essenciais da história do período Tchﷺuen-tsﷺieu é a de T. Masabuchi, in Sekai no rekishi, t. III, pp.49-92.

[27] Mais exatamente: 12.366.470 famílias e 57.671.400 indivíduos. Ver H.

Bielenstein, ﷺThe Census of Chinaﷺ, in Bulletin of the Museum of Far Eastern Antiquities, nº 19, Estocolmo, 1947, p.135. As maiores densidades encontravam-se nos vales do Fen, do Chansi, do Minkiang, no Szeutchﷺuan e do We, no Chensi (a região de Si-na, principalmente, onde se encontra estabelecida a capital, é a mais densamente povoada, tal como a

de Loyang, no Honan). Além destas regiões, o Nordeste do Honan e o Sul do Hopei, zona de povoamento muito antiga, parecem Ter conservado a sua importância econômica.

[28] Sobre a história da fundição do ferro na China, cf. Yang K�uan, A Descoberta e o Desenvolvimento da Técnica da Fundição do Ferro na China Antiga (em chinês), Xangai, 1956, e J. Needham, The Development of Iron and Steel Technology in China, Londres, 1958.

O ferro fundido trará benefícios especiais à agricultura, ao artesanato e à indústria mineira. As peças de ferro, de composição pouco homogênea, partiam-se facilmente, e só no fim da época dos reinos combatentes foi possível produzir armas do ferro, trabalhando na forja o ferro fundido, nas regiões do vale do Iangtsé (país de Tch�u e antigos países de Yué e Wu), onde parece que as técnicas metalúrgicas estiveram sempre mais avançadas em relação às dos países do Norte.

[29] É também na época dos reinos combatentes que os conhecimentos agronômicos parecem Ter feito progressos mais decisivos. Os primeiros tratados de agricultura datam desse período.

A história do arado e da charrua na China antiga é ainda objeto de controvérsia. É possível, no entanto, que o arado de tração animal tenha aparecido cerca de 500 a.C. e que as primeiras charruas chinesas datem do fim da época dos reinos combatentes.

[30] Estes instrumentos em duas partes (contratos comerciais e insígnias para a transmissão de ordens) eram, no início, peças de bambu contendo um texto em caracteres. A reunião das duas partes servia de prova à Administração. Ver R.

des Totours, "Les insignes en deux parties (fou) sous la dynastie des T'ang", T'ung pao, vol. XLI, 1-3, 1952, pp.1-148.

[31] Cf. S. Couvreur, La Chronique de la principauté de Lou, t. III, p.28.

[32] Cf. E. Chavannes, Mémoires historiques de Seuma Ts'ien, t. V, p.77.

[33] Segundo a História dos Han, 182 tratados de arte militar, compostos, na sua maior parte, na época dos reinos combatentes, foram recolhidos no início da dinastia dos Han anteriores. Os especialistas da guerra dividiam-se em quatro grupos que poderiam classificar-se, de modo muito aproximado, em táticos, estrategas, intérpretes de sinais e emanações e técnicos. De todos estes tratados apenas substituiu um, que se transformou numa espécie de clássico e foi comentado por mais de 150 autores. Eis os princípios que devem inspirar os chefes de guerra, segundo esta obra: 1. Conhecer a sua força e a do inimigo; 2.

Conservar a iniciativa e deixar o inimigo na dúvida; 3. Enganar o inimigo e surpreendê-lo; 4. Tornar a sua ação imprevisível, misturando as táticas de combate aberto com os ataques de surpresa; 5. Usar de rapidez nos movimentos; 6.

Adaptar a estratégia à importância relativa dos dois exércitos em presença; 7.

Observar incessantemente o inimigo no decurso dos combates, a fim de adaptar a tática à evolução da luta.

[34] Sobre a defesa das fronteiras da estepe na época dos Han, cf. H. Maspero, Les documents chinois de la 3e. expédition de sir A. Stein en Asie centrale, Londres, 1953, pp.1-13.

[35] Sobre os sofistas e lógicos chineses, cf. Hu Che, The Development of the logical method in ancient China, Xangai, 1922; H. Maspere, ﷺNotes sur la logique de Motseuﷺ, Tﷺung pao, Leiden, 1927; M. Granet, La pensée chinoise, Paris, 1934, pp.432-445; Ku Pao-koh, Deux sophistes chinois, Paris, 1953.

[36] Reportamo-nos, aqui, ao belo trabalho de J. Needham, Science and civilization in China, 4 vols. Publicados de 1954 a 1962.

[37] Segundo os trabalhos mais recentes, a designação de Che Huang-ti ﷺprimeiro augusto soberanoﷺ, é, com efeito, posterior ao reinado do primeiro imperador chinês.

[38] Um exemplar gravado numa placa de bronze do decreto com o qual Che Huang-ti unificou todas as medidas usadas no império foi descoberto recentemente em Hienyang, a antiga capital do império dos Ts�in.

[39] O puritanismo, tão sensível na época dos Han, e que se atribui, geralmente, à influência dos letrados confucianos, pode também ter sido uma herança do império dos Ts�in.

[40] Ainda em 361, Ts�in era considerado pelos outros reinos chineses como um país retardatário e meio bárbaro. Em 266, um nobre do reino de Wei faz, acerca de Ts�in, o seguinte juízo: �A gente de Ts�in tem os mesmos costumes que os bárbaros Jong e Ti. Os seus habitantes têm um coração de tigre e lobo.

Cupidos, perversos, avaros e velhacos, estão sempre prontos, quando os seus interesses estão em jogo, a desprezar as relações familiares.�.

O sacrifício do Inverno, em uso nos outros reinos, é realizado pela primeira vez em Ts�in: foi só em 237 que a corte Ts�in abandonou a sua música tradicional, que consistia em �vibrar pancadas sobre potes e jarras de barro e em arranhar ossos gritando, ao mesmo tempo: �Hu! Hu!�, para adotar a música requintada dos reinos Tcheng e Wei. Conta-se, também, que o rei Wu de Ts�in morreu, em 307, em conseqüência de uma aposta cujo significado religioso é aparente: tentar levantar um tripé de bronze. Esta é considerada mais uma prova da grosseria da gente de Ts�in.

Fim.